

INTRODUÇÃO

Os incêndios florestais durante o período estival têm contribuído para a destruição, por vezes de forma irreversível, do património natural em vastas áreas do concelho, áreas essas parcas em recursos naturais, onde a floresta desempenha um papel importante na economia e qualidade de vida das populações locais que urge preservar. Só com uma intervenção na floresta, através do desenvolvimento e optimização de meios para a prevenção, detecção e combate de incêndios florestais se poderá contribuir para a preservação e valorização do património florestal.

A elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), tem por missão definir as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, sendo um instrumento sectorial de gestão territorial, com competências operacionais de planeamento, programação, organização e execução de medidas e acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas.

As suas linhas orientadoras têm em conta os objectivos estratégicos definidos e quantificados no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que passa por cinco eixos estratégicos:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- Redução da incidência dos incêndios
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

A elaboração do PMDFCI teve por base as características específicas do território do concelho de Ponte da Barca, no que respeita nomeadamente às decorrentes da sua natureza florestal e rural, urbana e peri-urbana. As propostas de acção foram desenvolvidas de acordo com os objectivos e as metas preconizadas no PNDFCI e foram organizadas em função da melhor resolução dos problemas identificados neste concelho.

1 - ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E PROTECÇÃO DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que revoga o Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de Junho, foram estabelecidas as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios.

O Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios prevê o conjunto de medidas e acções estruturais e operacionais relativas à prevenção, sensibilização, silvicultura preventiva, vigilância, detecção, rescaldo, vigilância após rescaldo e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no sector florestal.

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho determina, através do artigo 10º, que seja elaborado um plano de defesa da floresta de âmbito municipal ou intermunicipal que contenha as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das acções de prevenção, inclua a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), foi elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), sob coordenação do Presidente da Câmara Municipal e apoio do Gabinete Técnico Florestal. A sua estrutura adequa-se ao disposto na Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro e ao “Guia Metodológico para elaboração do Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios”, apresentado pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais em fins de Agosto de 2007.

Este Plano foi elaborado em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra os Incêndios (PNDFCI), aprovado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio.

O PMDFCI terá uma vigência de 5 anos, devendo ser revisto no próximo ano no sentido de incorporar as evoluções que entretanto se registarem, de acordo com a alínea f) do Art.1.º da referida Portaria 1139/2006 de 25 de Outubro.

O presente plano respeita e está enquadrado no sistema de planeamento, de gestão territorial e ordenamento de áreas protegidas, bem como os respectivos regulamentos, pelo planeamento florestal a nível nacional e regional (PROF) e pelas orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas definidas pelo Concelho Nacional de Reflorestação.

Em relação ao Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROFAM), compatibiliza-se com os planos regionais de ordenamento do território e assegura a contribuição do sector florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de planeamento.

O papel destes planos relativamente à prevenção de incêndios é directo na medida em que deverão conter os modelos de silvicultura a adoptar para a respectiva unidade de gestão, assim como a definição das operações silvícolas mínimas.

Merece especial destaque o seu contributo regional para a defesa da floresta contra incêndios, através do enquadramento das zonas críticas, da necessária execução das medidas relativas à gestão de combustíveis e da infra-estruturação dos espaços florestais, mediante a implantação de redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

O Plano Director Municipal de Ponte da Barca, encontra-se em revisão e tem já incluído algumas orientações de ordenamento relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios.

2 – ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO

2.1 – Carta de Combustibilidade

Dado já existir uma carta de combustibilidade para o concelho apesar de não ter a mesma metodologia de elaboração e uma vez que a elaboração de uma carta de combustibilidade é um processo moroso, optamos por apresentar neste plano a carta de combustibilidade desenvolvida no âmbito do Gisfor@Valimar.

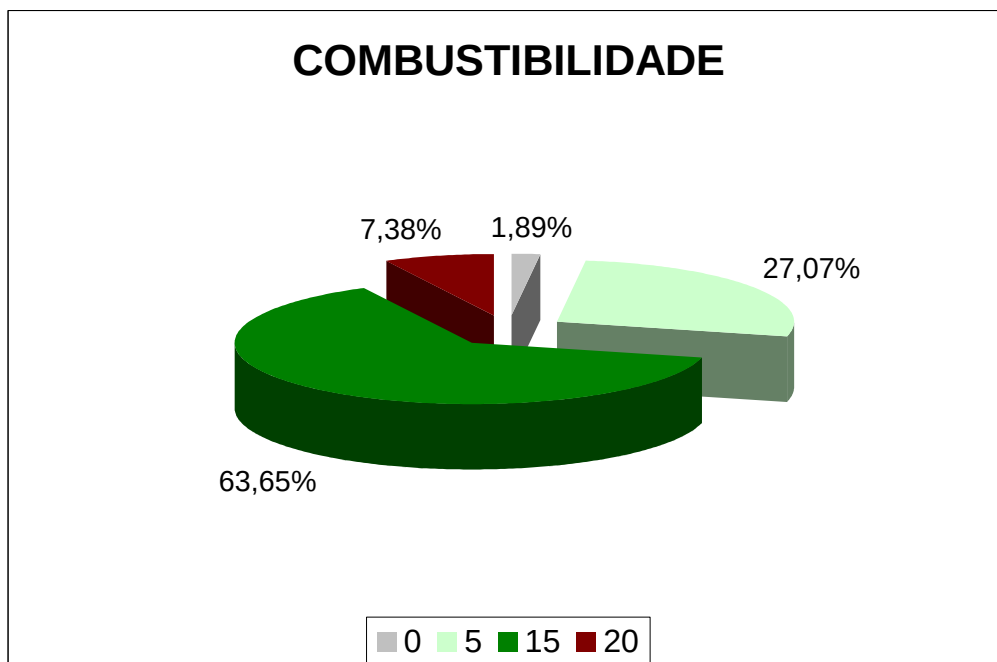
Logo que seja possível será desenvolvido os esforços necessários para a elaboração de uma carta de combustibilidade segundo a metodologia aconselhada no novo Guia.

O mapa de combustíveis florestais elaborado no âmbito do Gisfor@Valimar, foi desenvolvida por Salas e Chuvieco (1992) no que se refere à quantificação das comunidades vegetais da carta de ocupação e uso do solo para três datas distintas, quanto à carga de combustível florestal, que se encontra relacionado com o risco de comportamento do fogo, é atribuído um maior peso às manchas de resinosas, seguidas pelas folhosas e matos e um menor peso aos espaços agrícolas e espaços sem ou com pouca vegetação, (Santos, Sónia, 2006). A metodologia de elaboração desta carta encontra-se no Anexo I.

Valores atribuídos ao risco de comportamento da vegetação
Fonte: Gisfor@Valimar

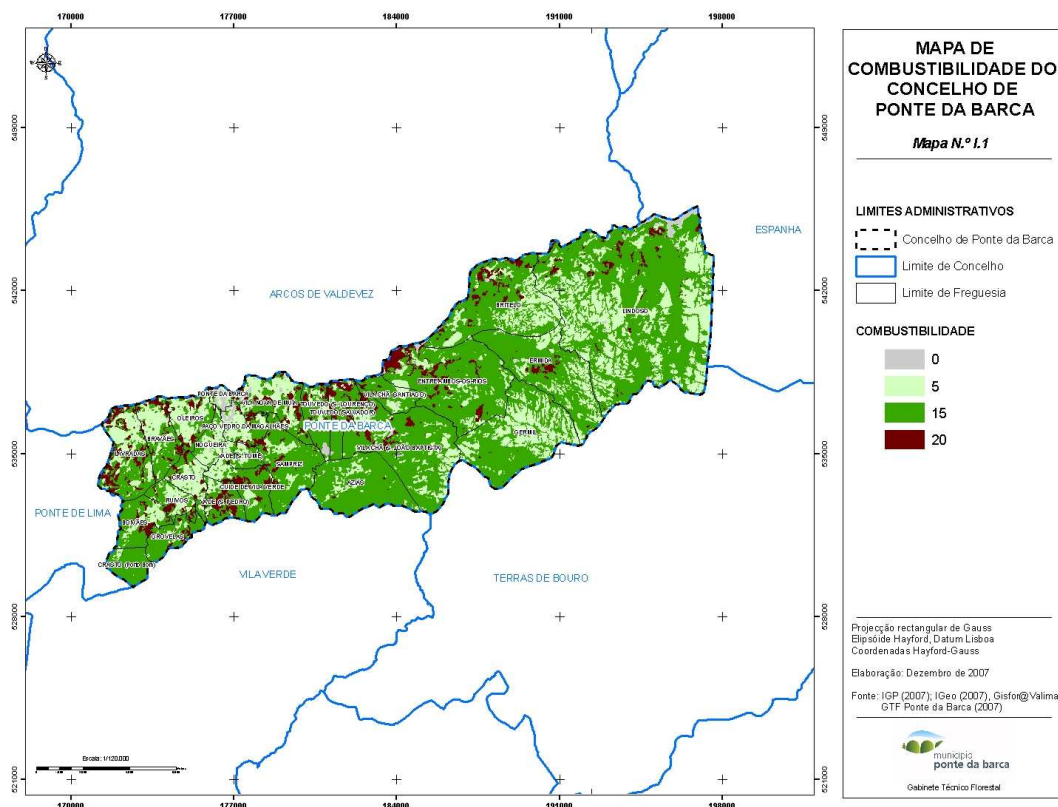
Tipo de vegetação	Risco relativo
Resinosas	20
Folhosas	15
Matos	15
Agrícola	5
Espaços sem ou com pouca vegetação	5
Água	0
Urbano	0

Pode verificar-se que as áreas de grau 15 correspondem a 63,65 % do território, enquanto que as de grau 20 correspondem a 7,38 %.



Distribuição do grau de combustibilidade no concelho de Ponte da Barca

Fonte: Gisfor@Valimar



2.2 – Carta de Risco de Incêndio

A Carta de Risco de Incêndio 2003 elaborada pela DGRF a nível nacional evidencia, para o concelho de Ponte da Barca, grandes áreas com risco de incêndio Muito Alto e Alto.

O concelho de Ponte da Barca faz parte de uma Zona Crítica definida Portaria n.º 1056/2004 de 19 de Agosto, designada por *Peneda-Gerês*, que engloba as freguesias de Azias, Vila Chã (São João), Vila Chã (Santiago), Entre Ambos-os-Rios, Germil, Ermida, Britelo e Lindoso.

2.2.1 – Mapa de Perigosidade

Para a elaboração do mapa de perigosidade, seguiu-se as normas para a elaboração do POM 2007. Este mapa resulta do produto da probabilidade e da susceptibilidade.

A perigosidade de Incêndio é a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um incêndio, que possa causar perda de

vidas ou ferimentos, danos em bens, interferência social e económica ou degradação ambiental.

A probabilidade define a perigosidade no tempo, traduzindo a verosimilhança de ocorrência anual de um incêndio em determinado local. Isolaram-se as áreas ardidas pelos diferentes anos, no concelho, desde 1990 a 2006. Somaram-se os rasters de todos os anos e por fim calculou-se a probabilidade, dividindo o somatório das áreas ardidas pelo nº de anos considerados.

Trabalharam-se as áreas ardidas oficiais da DGRF até 2004 e a partir daí considerou-se as áreas levantadas pelo GTF, uma vez que foram por nós consideradas mais reais.

A susceptibilidade define a perigosidade no espaço, expressando as condições que um território apresenta para a ocorrência e potencial de um incêndio. Neste caso consideraram-se as variáveis como a topografia e a ocupação do solo, que entre outras nos podem definir se um território é mais ou menos susceptível ao incêndio. Para a ocupação do solo considerou-se o levantamento elaborada no âmbito do Gisfor@Valimar, referente ao ano 2000, com algumas actualizações e correcções. Agruparam-se as diferentes categorias em 3 classes de susceptibilidade, tendo-se em conta a classe dominante dos diferentes tipos de ocupação do solo florestal:

Baixa – Carvalhos; sem ou pouca vegetação e arbustos e herbáceas

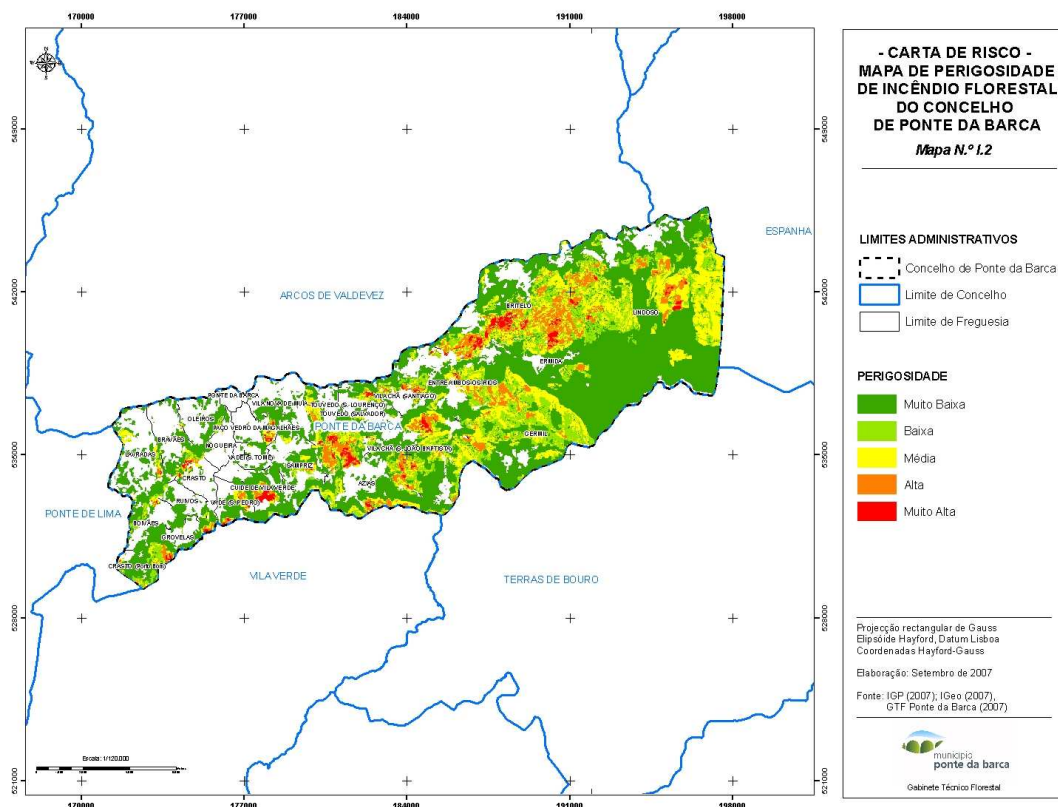
Média – Folhosas, outras resinosas e arbustivas

Alta – Eucalipto e Pinheiro Bravo

No caso da topografia consideraram-se os declives divididos em 5 classes.

O raster da susceptibilidade é o produto do raster da ocupação do solo e do raster dos declives.

O mapa de perigosidade é o que resulta da multiplicação do raster de probabilidade e de susceptibilidade reclassificado em 5 classes.



2.2.2 – Mapa de Risco de Incêndio

Esta carta encontra-se em elaboração.

2.3 – Mapa de Prioridades de Defesa

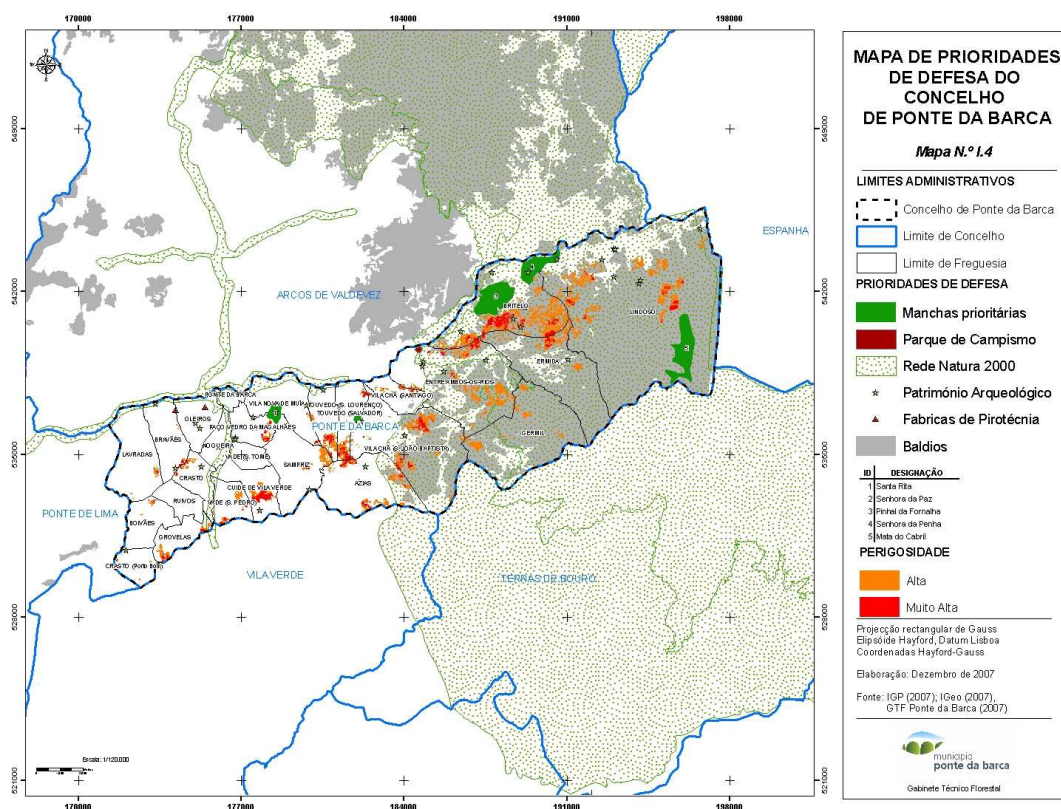
Este mapa tem como objectivo identificar os elementos ou áreas de interesse a proteger.

Além de identificar as manchas de risco elevado e muito elevado, referem-se também zonas que pelo seu interesse patrimonial interessa preservar e proteger.

Entre as zonas a proteger destacamos:

- Rede Natura 2000;
- Baldios sujeitos ao Regime Florestal;
- Santa Rita, Senhora da Paz e Senhora da Penha, pois são locais de culto, com património arqueológico a preservar, associados a arvoredos densos;

- Pinhal da Fornalha, local de Pinhal associado a mato denso;
- Mata do cabril, pela sua diversidade vegetativa;
- Património Arqueológico inserido ou confinante com os espaços florestais;
- Parque de Campismo de Entre Ambos-os-Rios;
- Fábricas de Pirotecnia, pelo perigo que representam;



3 – EIXOS ESTRATÉGICOS

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem por missão: definir uma estratégia para a defesa da floresta contra incêndios, articular coerentemente as diferentes componentes do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios e atribuir papéis e responsabilidades aos agentes do sistema, prevendo uma distribuição equilibrada dos meios para a resolução do problema e satisfação dos objectivos estratégicos definidos.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) define cinco eixos estratégicos de actuação, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006, sendo eles:

- 1.º Eixo Estratégico:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.
- 2.º Eixo Estratégico:** Redução da incidência dos incêndios.
- 3.º Eixo Estratégico:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.
- 4.º Eixo Estratégico:** Recuperar e reabilitar os ecossistemas.
- 5.º Eixo Estratégico:** Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

3.1 – 1.º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

3.1.1 – Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta contra Incêndios

A Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) tem por finalidade reduzir a taxa anual de incidência de fogos florestais para níveis social e ecologicamente aceitáveis (CNR, 2005).

Segundo o documento elaborado pelo Comissão Nacional de Reflorestação (CNR) em 2005 sobre “Orientações estratégicas para a recuperação de áreas ardidas em 2003 e 2005”, esta estratégia aborda de forma integrada 3 áreas fundamentais:

- 1) Prevenção da eclosão do fogo, visando diminuir o número de ocorrências;
- 2) Planeamento do território, visando dotar os espaços florestais das características e infraestruturas necessárias para a minimização da área ardida e consequentes

danos ecológicos e patrimoniais, bem como gerir as interfaces floresta/agricultura e floresta/zonas edificadas;

- 3) Combate aos incêndios, visando a redução da área de cada incêndio e a salvaguarda de pessoas e bens, incluindo não só a primeira intervenção como também toda a actividade de combate estendido.

Segundo a CNR, 2005, a Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios é formada por um conjunto de elementos, nomeadamente:

- Rede de faixas de gestão de combustível;
- Mosaico de parcelas de gestão de combustível;
- Rede viária;
- Rede de pontos de água;
- Rede de vigilância e detecção de fogos;
- Rede de sinalização florestal;
- Rede de infra-estruturas de combate.

A concepção, desenvolvimento e manutenção de cada uma destas componentes deve ter em consideração todas as outras.

3.1.1.1 – Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível

O redesenho da paisagem através do estabelecimento de descontinuidades na estrutura das formações vegetais constitui uma das principais componentes da reestruturação dos espaços florestais, a par da alteração da composição e estrutura dos povoamentos ou do uso do solo (CNR, 2005).

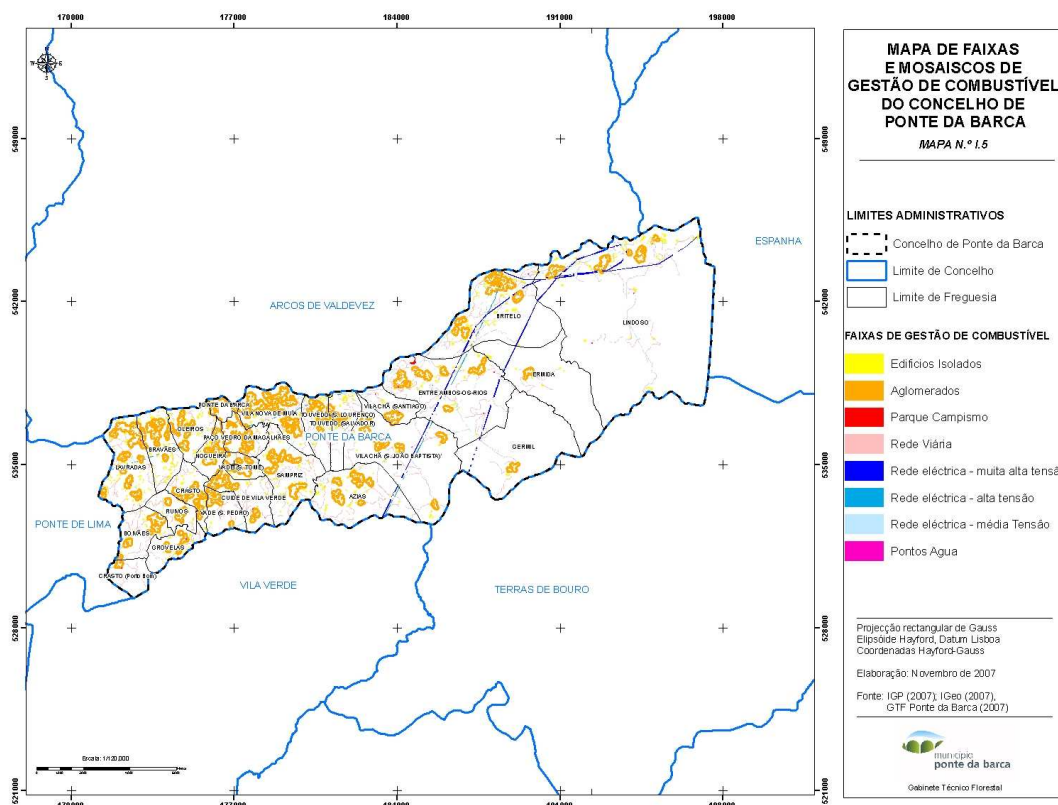
As **Faixas de Gestão de Combustível** (FGC) são parcelas de território mais ao menos lineares onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa vegetal, através da afectação a usos não florestais (agricultura, infraestruturas, etc.) e do recurso a determinadas actividades (silvopastorícia, etc.) ou a técnicas silvícolas (desbastes, limpezas, fogo controlado, etc.), com o objectivo principal de reduzir o perigo de incêndio (CNR, 2005).

Estas faixas subdividem-se em:

- **faixas de redução de combustível** (FRC), em que se procede à remoção (normalmente parcial) do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), à supressão da parte inferior das copas e à abertura dos povoamentos;
- **faixas de interrupção de combustível** (FIC), em que se procede à remoção total de combustível vegetal.

No PMDFCI estabelece-se o nível municipal e local das FGC, com base na delimitação de:

- Faixas de protecção aos edifícios integrados em espaços rurais com uma largura mínima envolvente de 50m, nomeadamente habitações não abrangidas nos designados aglomerados urbanos, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações, num total de 338,76 ha.
- Faixas de protecção de aglomerados populacionais. Foi delimitada uma faixa exterior de protecção de largura mínima de 100 m ao longo dos aglomerados populacionais (10 ou mais edifícios de habitação distanciados entre si menos de 50 m) existentes no concelho, num total de 2027,68 ha. Destes 1600,03 ha não necessitam de intervenção, por terem ocupação agrícola. Assim resulta numa área de intervenção de 427,65 ha, distribuídos pelas diversas freguesias conforme se apresenta na tabela anexa.
- Faixas de protecção do parque de campismo de Entre Ambos-os-Rios, perfazendo uma área total de 3,74 ha.
- Faixas de 10 m para ambos os lados da rede viária que será de 500,14 ha.
- Faixas de protecção à rede eléctrica de muito alta e alta tensão que têm uma largura mínima de 10 m para ambos os limites externos destas vias, contabilizando-se uma área de 158,07 ha. As linhas de muito alta tensão devido a projecção dos cabos condutores, a largura da faixa de protecção foi de 22 m e 17 m.
- Faixas de protecção à rede eléctrica de média tensão e considerada principal com uma largura de apenas 7 m para cada lado dos extremos, totalizando 80,47 ha. O delineamento desta rede principal foi realizada com indicação da EDP.
- Faixas de protecção aos pontos de água, com largura mínima de 30 m, num total de 10,19 ha.



Freguesias	Codificação da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Azias	001	Edifícios	20,15	2,39
	002	Aglomerados populacionais	89,51	10,60
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	36,68	4,34
	007	Rede Eléctica MAT e AT	9,04	1,07
	010	Rede Eléctica MT	1,56	0,18
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		156,94	18,59
Boivães	001	Edifícios	8,41	2,38
	002	Aglomerados populacionais	64,58	18,29
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	19,13	5,42
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,43	0,12
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		92,55	26,21
Bravães	001	Edifícios	31,72	7,60
	002	Aglomerados populacionais	99,94	23,95
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	12,87	3,08

	007	Rede Eléctica MAT e AT	1,65	0,40
	010	Rede Eléctica MT	0,75	0,18
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		146,93	35,22
Britelo	001	Edifícios	36,70	2,84
	002	Aglomerados populacionais	138,36	10,72
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	53,85	4,17
	007	Rede Eléctica MAT e AT	35,38	2,74
	010	Rede Eléctica MT	15,10	1,17
	012	Pontos de Água	1,13	0,09
	Sub-Total		280,52	21,74
Crasto	001	Edifícios	8,22	1,65
	002	Aglomerados populacionais	103,70	20,85
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	16,42	3,30
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,00	0,00
	012	Pontos de Água	1,13	0,23
	Sub-Total		129,47	26,04
Cuíde de Vila Verde	001	Edifícios	5,85	0,02
	002	Aglomerados populacionais	80,03	0,21
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	19,56	0,05
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,87	0,00
	012	Pontos de Água	0,57	0,00
	Sub-Total		106,88	0,28
Entre Ambos-os-Rios	001	Edifícios	19,18	1,32
	002	Aglomerados populacionais	118,63	8,14
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	3,74	0,26
	004	Rede Viária	64,16	4,40
	007	Rede Eléctica MAT e AT	24,27	1,66
	010	Rede Eléctica MT	13,60	0,93
	012	Pontos de Água	1,13	0,08
	Sub-Total		244,71	16,79
Ermida	001	Edifícios	5,57	0,50
	002	Aglomerados populacionais	18,25	1,64
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	9,21	0,83
	007	Rede Eléctica MAT e AT	5,58	0,50
	010	Rede Eléctica MT	1,16	0,10
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		39,77	3,57
Germil	001	Edifícios	1,60	0,12
	002	Aglomerados populacionais	19,37	1,50
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	11,98	0,93

	007	Rede Eléctica MAT e AT	3,24	0,25
	010	Rede Eléctica MT	1,08	0,08
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		37,27	2,88
Grovelas	001	Edifícios	9,14	3,36
	002	Aglomerados populacionais	41,32	15,20
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	8,97	3,30
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,00	0,00
	012	Pontos de Água	0,28	0,10
	Sub-Total		59,71	21,96
Lavradas	001	Edifícios	29,53	4,37
	002	Aglomerados populacionais	157,70	23,34
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	25,87	3,83
	007	Rede Eléctica MAT e AT	2,07	0,31
	010	Rede Eléctica MT	1,96	0,29
	012	Pontos de Água	0,85	0,13
	Sub-Total		217,98	32,26
Lindoso	001	Edifícios	45,20	0,98
	002	Aglomerados populacionais	102,32	2,22
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	58,28	1,26
	007	Rede Eléctica MAT e AT	53,73	1,17
	010	Rede Eléctica MT	20,46	0,44
	012	Pontos de Água	1,13	0,02
	Sub-Total		281,12	6,10
Nogueira	001	Edifícios	8,04	4,03
	002	Aglomerados populacionais	80,75	40,50
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	3,86	1,94
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,77	0,39
	010	Rede Eléctica MT	1,21	0,61
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		94,63	47,46
Oleiros	001	Edifícios	13,97	4,10
	002	Aglomerados populacionais	74,67	21,89
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	8,27	2,42
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,74	0,22
	010	Rede Eléctica MT	1,34	0,39
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		98,99	29,03
Paço Vedro de Magalhães	001	Edifícios	2,52	0,98
	002	Aglomerados populacionais	88,66	34,32
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	10,43	4,04

	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,00	0,00
	012	Pontos de Água	0,57	0,22
	Sub-Total		102,18	39,55
Ponte da Barca	001	Edifícios	0,11	0,12
	002	Aglomerados populacionais	46,18	50,31
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	0,00	0,00
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,59	0,64
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		46,88	51,07
Ruivos	001	Edifícios	4,86	2,18
	002	Aglomerados populacionais	35,33	15,86
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	8,54	3,83
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,36	0,16
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		49,09	22,04
Sampriz	001	Edifícios	22,58	3,44
	002	Aglomerados populacionais	100,23	15,28
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	30,99	4,73
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	5,36	0,82
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		159,16	24,27
Touvedo (São Lourenço)	001	Edifícios	13,88	4,51
	002	Aglomerados populacionais	70,54	22,92
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	17,98	5,84
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,92	0,30
	010	Rede Eléctica MT	1,28	0,42
	012	Pontos de Água	0,57	0,19
	Sub-Total		105,17	34,17
Touvedo (Salvador)	001	Edifícios	15,05	4,99
	002	Aglomerados populacionais	34,29	11,38
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	18,13	6,02
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,42	0,14
	010	Rede Eléctica MT	1,81	0,60
	012	Pontos de Água	0,28	0,09
	Sub-Total		69,98	23,22
Vade (São Pedro)	001	Edifícios	2,85	1,07
	002	Aglomerados populacionais	44,00	16,58
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	12,46	4,69

	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	1,36	0,51
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		60,67	22,86
Vade (São Tomé)	001	Edifícios	4,05	2,58
	002	Aglomerados populacionais	60,29	38,35
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	1,96	1,25
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	0,65	0,41
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
	Sub-Total		66,95	42,58
Vila Chã (São João)	001	Edifícios	11,50	0,80
	002	Aglomerados populacionais	121,86	8,51
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	28,38	1,98
	007	Rede Eléctica MAT e AT	16,31	1,14
	010	Rede Eléctica MT	4,65	0,32
	012	Pontos de Água	1,70	0,12
	Sub-Total		184,40	12,87
Vila Chã (Santiago)	001	Edifícios	5,37	2,20
	002	Aglomerados populacionais	31,42	12,89
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	5,69	2,33
	007	Rede Eléctica MAT e AT	0,00	0,00
	010	Rede Eléctica MT	3,52	1,44
	012	Pontos de Água	0,57	0,23
	Sub-Total		46,57	19,10
Vila Nova de Muía	001	Edifícios	12,71	2,38
	002	Aglomerados populacionais	205,75	38,57
	003	Pol. Ind.;P. Campismo	0,00	0,00
	004	Rede Viária	16,47	3,09
	007	Rede Eléctica MAT e AT	4,55	0,85
	010	Rede Eléctica MT	1,37	0,26
	012	Pontos de Água	0,28	0,05
	Sub-Total		241,13	45,20

TOTAL 001	338,76	1,86
TOTAL 002	2027,68	11,13
TOTAL 003	3,74	0,02
TOTAL 004	500,14	2,75
TOTAL 007	158,67	0,87
TOTAL 010	80,47	0,44
TOTAL 012	10,19	0,06
TOTAL DE FGC / MOSAICOS	3119,65	17,12

Em conjunto com a FGC, a manutenção de um mosaico de parcelas onde se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações florestais e de matos, contribui decisivamente para a eliminação das principais condições favoráveis para os fogos de dimensão e intensidade catastróficas (CNR, 2005):

- Fortes acumulações de combustíveis;
- Continuidade de estratos de combustível, quer horizontal quer verticalmente, e elevada representatividade de combustíveis finos ou que favorecem os saltos de fogo;
- Elevada proporção de combustíveis mortos;
- Distribuição geográfica desfavorável destas características ao nível da paisagem;

Assim como no caso das faixas da rede primária, a sua localização e instalação será determinada pela análise inicial dos caminhos preferenciais do fogo, tendo como objectivo bloquear esses caminhos preferenciais e otimizar os benefícios face às diferentes restrições em jogo, sejam elas a custo da sua criação e manutenção, a facilidade de combate aos incêndios, o impacte paisagístico, etc.

Neste plano prevê-se algumas áreas para a realização de fogo controlado, que para além de outros objectivos mais específicos poderão constituir mosaicos de gestão de combustível.

3.1.1.2 – Rede de Viária

Do ponto de vista da gestão florestal, a rede viária florestal (RVF) pode ser classificada em caminhos florestais, estradões ou trilhos. Porém, as vias utilizadas no âmbito da RDFCI não se esgotam na rede viária florestal, assumindo particular relevância as estradas e caminhos municipais e outras vias rurais.

A RVF é constituída por:

- **caminhos florestais**, que dão passagem durante todo o ano a todo o tipo de veículos;
- **estradões**, em que a circulação sem restrições durante o ano é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando uma função primordial de servir às operações e compartimentação florestais;

- **trilhos**, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tractores e máquinas florestais.

O planeamento, construção e manutenção da RVF obedece a um vasto conjunto de especificações e normas, pelo fortíssimo impacto que tem no meio ambiente, na produtividade e na protecção dos espaços florestais. O rigor na sua definição impõe-se ainda pelos elevados custos de construção e, sobretudo, de manutenção que a ela estão normalmente associados (CNR, 2005).

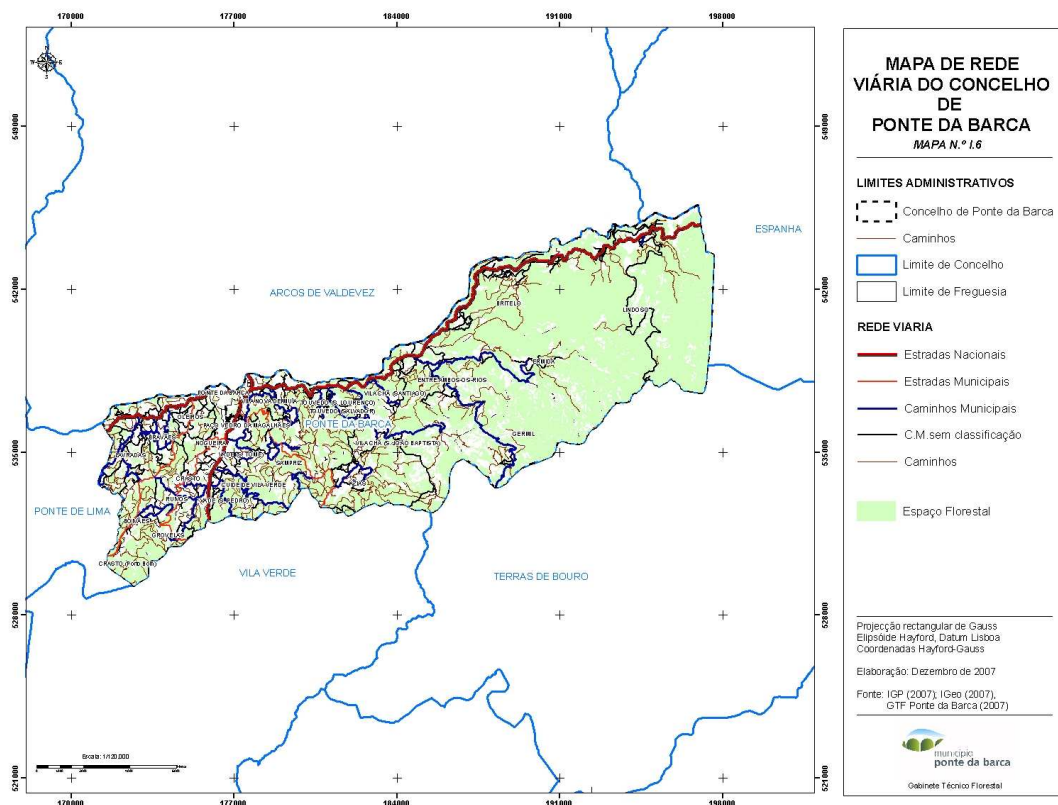
No contexto exclusivo da RDF e da DFCI, a rede viária desempenha as seguintes funções:

- Permite um rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento em água, combustível, etc.;
- Integra a rede de FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento com a rede de vigilância fixa.

A Rede Viária Florestal do concelho será classificada posteriormente conforme o Guia. Na rede viária apresentada podemos distinguir e hierarquizar três níveis de ligações:

- Eixos que asseguram as ligações exteriores do concelho e que exercem simultaneamente uma função directora e estruturadora das mobilidades locais. A Estrada Nacional nº 101 estabelece a ligação de Ponte da Barca para Norte, em direcção a Arcos de Valdevez e Monção e para Sul em direcção a Vila Verde e Braga. A Estrada Nacional nº 203 assegura a ligação para oeste em direcção a Ponte de Lima e para nascente da vila. As Estradas Nacionais nº 304 e 304-1 complementam as ligações com o território oriental do concelho, estabelecendo as ligações em direcção ao Soajo (Arcos de Valdevez) e fronteira com a Espanha. Refere-se também a variante à E.N. 203 localizada a nascente de Ponte da Barca, via descongestionadora da parte do trânsito do centro da sede do concelho.
- Eixos que asseguram as ligações entre os principais aglomerados do território municipal, nível de ligações constituído por estradas e caminhos municipais classificados e não classificados, sendo vias fundamentais na satisfação das mobilidade internas do concelho.

Eixos que asseguram as ligações entre aglomerados, casas rurais e espaços agrícolas e florestais, de pouca intensidade de tráfico, muitas vezes caminhos não pavimentados e permitindo em alguns casos apenas trajectos pedonais.



Podemos no entanto, confirmar que no concelho existe muita rede viária, alguma em situações de mau estado, praticamente intransitáveis, quer ao nível da infra-estrutura em si quer ao nível de vegetação.

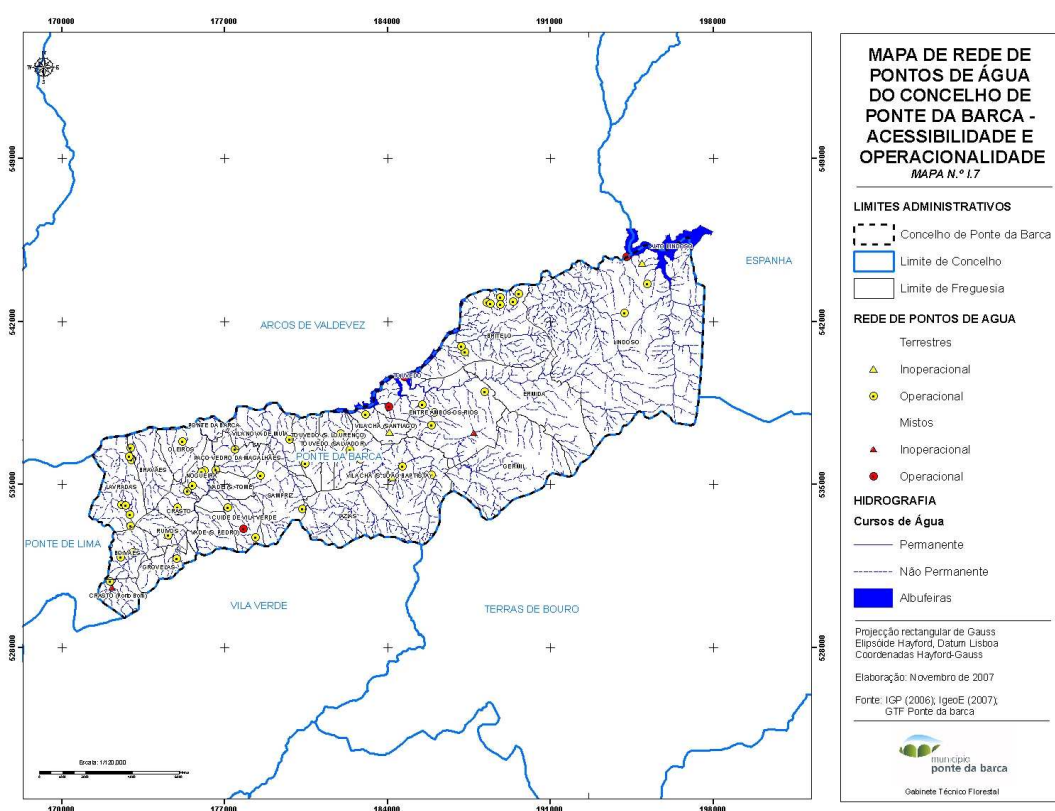
3.1.1.3 – Rede de Pontos de Água

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, construídas ou colocadas no interior das manchas florestais, com objectivo o objectivo de melhorar as condições de combate a incêndios e, em simultâneo, contribuir para o aumento das potencialidades intrínsecas das matas no sentido de uma maior diversidade. As alterações locais nos meios bióticos, que lhe estão associadas, têm repercussões ao nível da fauna e flora, proporcionando uma maior capacidade de acolhimento e fixação das mesmas, em particular das espécies com maior dependência de recursos hídricos (Louro et al., 2000).

No plano encontram-se os pontos de água existentes no interior ou nas proximidades das áreas florestais, com capacidade de abastecer os veículos de combate a incêndios florestais.

No concelho são assinalados e caracterizados 54 pontos de água, encontrando-se em anexo a respectiva tabela de dados traduzida no sistema de informação geográfica (SIG) deste Plano.

A maioria destes tanques é privada, essencialmente destinados a rega. Destacam-se as barragens de Touvedo (abastecimento na freguesia de Entre-Ambos-os-Rios - Parque de Campismo) e Lindoso, existentes no rio Lima, na parte norte do concelho que permitem o abastecimento de meios aéreos, incluindo anfíbios pesados (Canadair).



Freguesias	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume máximo (m3)
Azias					
	Sub-Total			0	0
Boivães	19	114	Tanque de Rega	1	24
	20	114	Tanque de Rega	1	6
	Sub-Total			2	30
Bravães	3	114		1	24
	33	114	Tanque de Rega	1	32

		Sub-Total		2	56
Britelo	14	114	Tanque de Rega	1	11
	22	114	Tanque de Rega	1	96
	23	114	Tanque de Rega	1	43
	26	114	Tanque EDP	1	4800
	27	114	Tanque EDP	1	78000
	44	114	Tanque	1	9
	45	112	Poço	1	12
	46	114	Tanque de Rega	1	11
		Sub-Total		8	82982
Crasto	3	114	Tanque de Rega	1	24
	5	114	Tanque de Rega	1	38
	6	114	Tanque de Rega	1	72
	7	114	Tanque de Rega	1	32
	30	111	Rerservatório DFCI	1	
		Sub-Total		5	166
Cuíde de Vila Verde	9	114	Tanque de Rega	1	38
	10	111	Rerservatório DFCI	1	57
	42	214	Chaca	1	20
		Sub-Total		3	115
Entre Ambos-os- Rios	25	211	Albufeira de Barragem	1	150000
	28	214	Charca	1	225
	29	114	Tanque de Rega	1	51
	47	114	Tanque de Rega	1	1000
	48	114	Tanque de Rega	1	15
	49	114	Tanque de Rega	1	60
	50	214	Charca	1	70
		Sub-Total		7	151421
Ermida					
		Sub-Total		0	0
Germil					
		Sub-Total		0	0
Grovelas	39	114	Tanque de Rega	1	12
		Sub-Total		1	12
Lavradas	1	114	Tanque de Rega	1	42
	2	114	Tanque de Rega	1	24
	34	114	Tanque de Rega	1	12
	35	114	Tanque de Rega	1	12
	36	114	Tanque de Rega	1	14
	37	114	Tanque de Rega	1	18
	38	214	Charca	1	12
		Sub-Total		7	134
Lindoso	15	114	Tanque de Rega	1	60

	21	114	Tanque de Rega	1	54
	24	211	Albufeira de Barragem	1	1800000
	43	114	Tanque de Rega	1	30
	Sub-Total			4	1800144
Nogueira	8	114	Tanque de Rega	1	72
	16	114	Tanque de Rega	1	12
	40	114	Tanque de Rega	1	15
	41	114	Tanque de Rega	1	15
	Sub-Total			4	114
Oleiros	20	114	Tanque de Rega	1	12
	32	114	Tanque de Rega	1	12
	Sub-Total			2	24
Paço Vedro de Magalhães	13	222	Rio	1	500
	17	114	Tanque de Rega	1	7
	Sub-Total			2	507
Ponte da Barca				1	
	Sub-Total			1	0
Ruivos	18	114	Tanque de Rega	1	15
	40	114	Tanque de Rega	1	15
	Sub-Total			2	30
Sampriz	11	114	Tanque de Rega	1	6
	12	114	Tanque de Rega	1	24
	Sub-Total			2	30
Touvedo (São Lourenço)	62	214	Charca	1	180
	Sub-Total			1	180
Touvedo (Salvador)	60	114	Tanque de Rega	1	75
	61	114	Tanque de Rega	1	85
	Sub-Total			2	160
Vade (S. Pedro)				1	
	Sub-Total			1	0
Vade (S. Tomé)				1	
	Sub-Total			1	0
Vila Chã (São João)	53	114	Tanque de Rega	1	120
	54	114	Tanque de Rega	1	15
	55	225	Outros cursos de Água	1	10
	56	225	Outros cursos de Água	1	15
	57	114	Tanque de Rega	1	20
	58	114	Tanque de Rega	1	75
	59	114	Tanque de Rega	1	75
	Sub-Total			7	330
Vila Chã (Santiago)	51	114	Tanque de Rega	1	240
	52	114	Tanque de Rega	1	36
	Sub-Total			2	276

Vila Nova de Muía	4	111	Reservatório DFCI	1	130
	Sub-Total			1	130

Total				67	2036841
--------------	--	--	--	-----------	----------------

Área de espaços florestais do concelho (floresta + inculto) (ha)				10525,92	
Densidade de pontos de água (m3/ha)				193,51	

3.1.2 – Programa de Acção

3.1.2.1 – Silvicultura Preventiva no âmbito de DFCI

A silvicultura preventiva prevista neste Plano assenta nas FGC e consta de acções periódicas de redução dos combustíveis florestais nessas faixas.

As acções de redução dos combustíveis florestais são aqui designadas de limpezas e constam do corte e remoção de matos, desramações nos andares inferiores das árvores existentes e manutenção de uma densidade equilibrada de árvores com base num determinado distanciamento e ocupação das copas, devendo situar-se abaixo dos 50% de ocupação, podendo ainda proceder-se à reconversão de espécies com o objectivo de diminuir os riscos de inflamabilidade e combustibilidade ou riscos sanitários e de segurança.

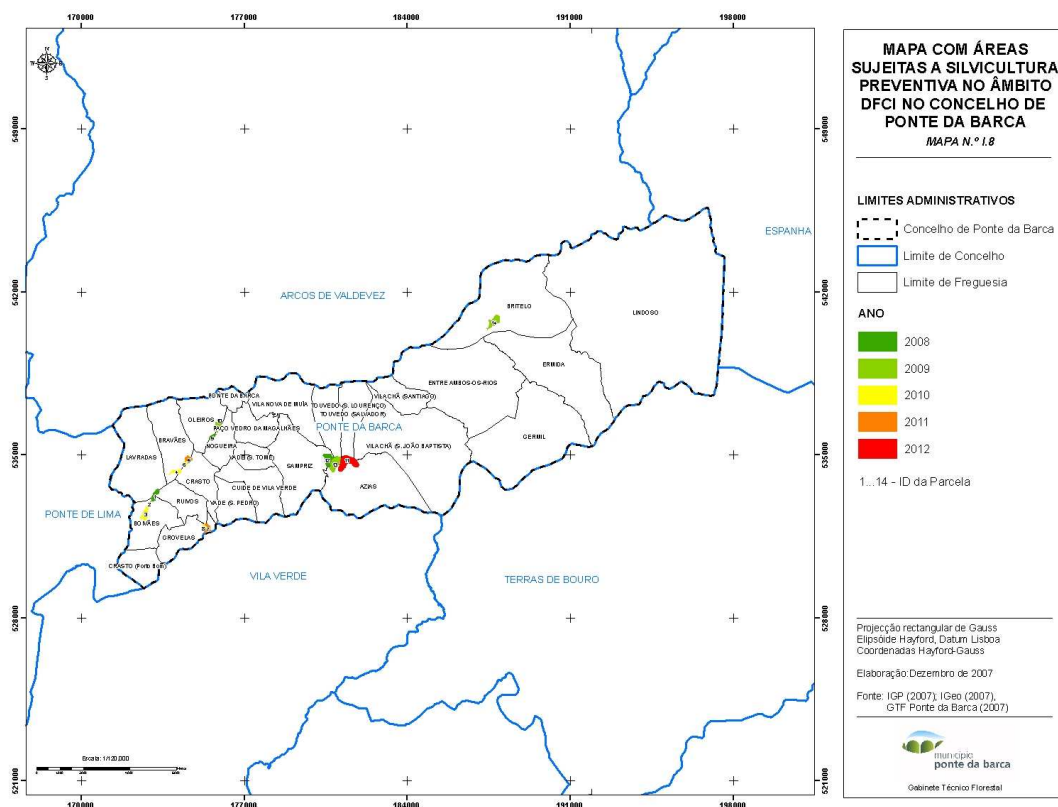
A periodicidade destas limpezas é variável entre um a três anos, dependendo das condições de desenvolvimento do material vegetal.

Como forma de aumentar a capacidade de resistência ao fogo, propõe-se que nas FGC e na medida do possível, se promovam formas de substituição das espécies arbóreas mais inflamáveis e combustíveis, como o pinheiro bravo e o eucalipto, que predominam, por espécies mais resistentes ao fogo e que contribuam para uma menor acumulação de matos no sob-coberto, devendo optar-se por folhosas autóctones ou determinadas resinosas de folha curta numa composição mista.

Para o desenvolvimento das acções de silvicultura preventiva prevê-se a colaboração de todas as entidades com responsabilidades e também se prevê o envolvimento da população e dos proprietários florestais, sendo também as campanhas de sensibilização pública previstas uma das formas de solicitar o empenho de todos os agentes.

Encontram-se de seguida algumas áreas referenciadas para fogo controlado. As áreas integradas no Parque Nacional da Peneda-Gerês terão de ter parecer prévio desta instituição.

O mapa e quadro que se segue resume o que se pretende realizar.



Freguesias	Identificação da Parcela	Área da parcela (ha)	Descrição da Acção	Calendarização 2008- 2012														
				2008			2009			2010			2011			2012		
				Jan-Abril	Maio-Set	Out-Dez	Jan-Abril	Maio-Set	Out-Dez	Jan-Abril	Maio-Set	Out-Dez	Jan-Abril	Maio-Set	Out-Dez	Jan-Abril	Maio-Set	Out-Dez
Azias	11	35,50	Fogo Controlado															
	Sub-total	35,50																
Boivães	1	10,86	Fogo Controlado															
	2	1,56	Fogo Controlado															
	3	13,02	Fogo Controlado															
	Sub-total	25,44																
Bravães	4	7,11	Fogo Controlado															
	5	7,21	Fogo Controlado															
	6	4,17	Fogo Controlado															
	Sub-total	18,49																
Britelo	14	17,49	Fogo Controlado															
	Sub-total	17,49																
Grovelas	7	8,15	Fogo Controlado															
	8	4,08	Fogo Controlado															
	Sub-total	12,23																
Nogueira	9	5,12	Fogo Controlado															
	Sub-total	5,12																
Oleiros	10	9,66	Fogo Controlado															
	Sub-total	9,66																
Sampriz	12	17,15	Fogo Controlado															
	13	20,48	Fogo Controlado															
	Sub-total	37,63																
Total		161,56																

3.1.2.2 – Construção e Manutenção da RDFCI

A Construção e Manutenção da RDFCI é um dos aspectos mais importantes e complexos deste plano. As variantes são muitas, as entidades envolvidas também e os custos da sua implementação e manutenção também. Tem de se ter em conta as áreas de maior perigosidade, as áreas já ardidas, a existência de Sapadores na zona ou a sua previsão, os meios de execução, o financiamento em situações que muitas vezes não se sabe como se vão realizar, a falta de informação das diferentes entidades e em especial o modo como se poderá implementar, coordenar e fiscalizar toda esta situação.

Neste plano dada a sua estrutura dinâmica, poderá sofrer alterações na medida que na fase de implantação e manutenção do existente se poderá verificar alguma dificuldade ou incongruência.

3.1.2.2.1 – Redes secundária de FGC

Faixas de protecção aos edifícios integrados ou confinantes com os espaços rurais:
Destas faixas prevê-se uma limpeza de 338,76 ha, estando dependente das queixas e das situações de perigo que entretanto possam surgir.

Faixas de protecção de aglomerados populacionais: A limpeza destas faixas deverá ser realizada de 3 em 3 anos, dado o crescimento do material vegetal. Assim e independentemente de ser necessário o cumprimento da legislação em vigor para a massa combustível junto de edifícios, os 100 m só deverão ser limpos na periodicidade indicada. Nos outros anos deverão ser limpas, se necessário, para o cumprimento da legislação em vigor, apenas 50m.

Refere-se também que se distribuiu alternadamente ao longo do tempo e espaço a referida limpeza. Para isso teve-se os seguintes critérios definidos em reunião da Comissão:

- áreas ardidadas recentemente;
- áreas a limpar através do projecto AGRIS em 2007/2008;
- rotatividade sectorial e intercalada no tempo;
- espaçamento temporal de maiores custos;
- manter uma diversidade biológica maior, devido ao maior espaçamento temporal da limpeza.

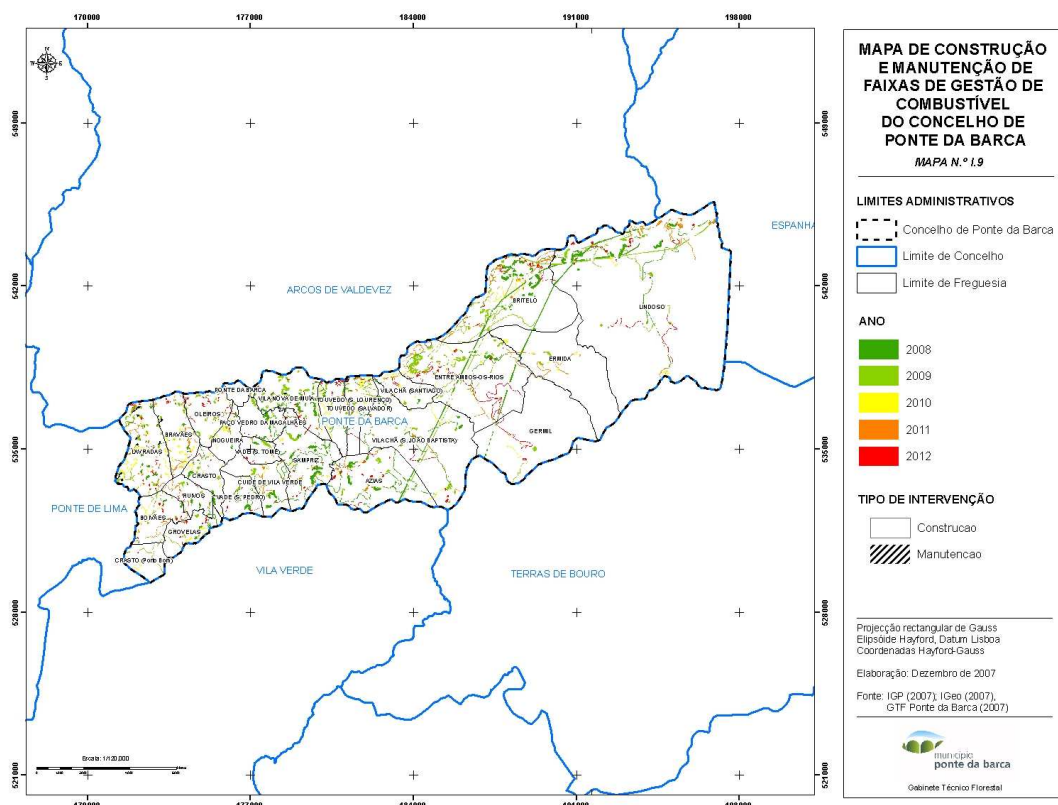
Faixas de protecção a parques de campismo com uma largura mínima de 100m. A periodicidade de limpeza destas faixas é de 3 anos.

Faixas de 10m para ambos os lados da rede viária: Estas faixas serão realizadas através do AGRIS 3.4 em 2008, na sua maioria integrado na parte este do concelho e no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Faixas de protecção à Rede eléctrica Muito Alta Tensão e Alta Tensão, considerada principal serão limpas com uma periodicidade de 3 em 3 anos. As restantes linhas de média tensão serão limpas com a periodicidade indicada no Plano

Faixas de protecção aos pontos de água, que deverão ser limpas se possível pelos sapadores florestais.

Os quadros dos meios de execução e da sua distribuição por anos e por freguesias estão no Anexo II.



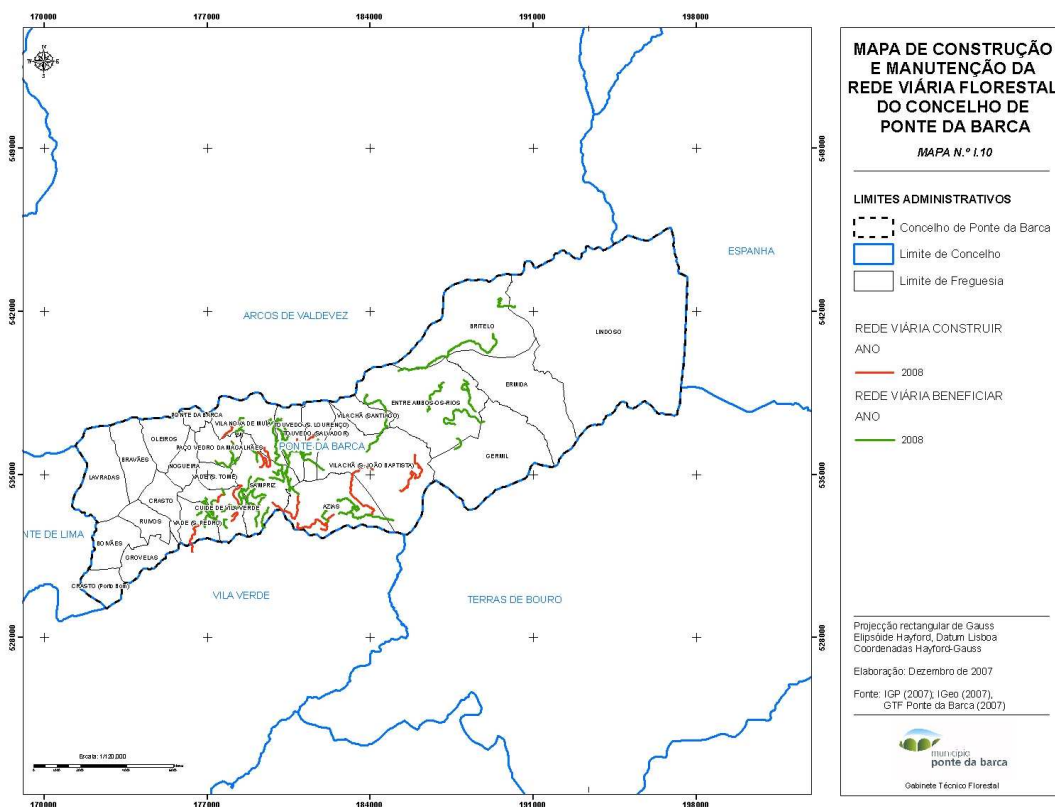
3.1.2.2.2 – Rede Viária

A RVF a construir e a beneficiar terá como principal objectivo facilitar a circulação dentro do povoamento florestal aquando da sua constituição, condução e exploração, beneficiando igualmente as condições de prevenção e combate a incêndios.

Da rede viária aqui representada irá ser dada relevância a RVF, no sentido de ser quantificada e avaliar as intervenções necessárias a nível de conservação e ampliação.

Para 2008 a Autarquia e o PNPG, têm um projecto Agris 3.4 para executar, entre os qual se prevê a beneficiação e construção de caminhos.

Para os restantes anos será de manter uma percentagem aproximada de 10% da rede viária floresta existente. A manutenção e construção da rede viária floresta será da responsabilidade da Autarquia, Juntas de Freguesias e Parque Nacional da Peneda-Gerês. A sua execução estará dependente dos subsídios atribuídos.



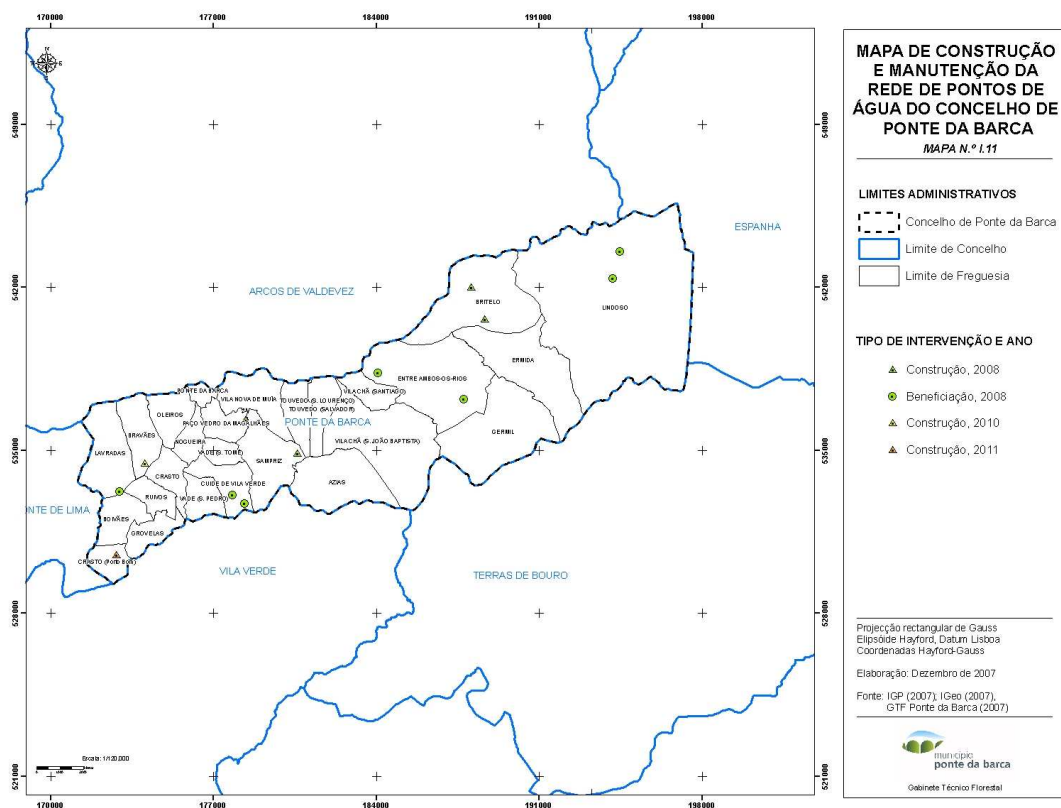
3.1.2.2.3 – Pontos de Água

Os pontos de água existentes necessitam de inspecções periódicas de modo a detectar atempadamente eventuais problemas e a garantir sempre a sua operacionalidade. Neste sentido, os serviços da Câmara Municipal em colaboração com os Bombeiros, procederão a inspecções periódicas a partir do início da Primavera de cada ano. Eventuais obras de conservação ou limpezas que sejam necessárias deverão ser prontamente realizadas.

A maioria dos pontos de água deverão sofrer uma maior intervenção no ano de 2008 e depois manutenções de limpeza da vegetação, do tanque e a algum reparo extra. Pretende-se identificar todos os pontos de água com uma placa de sinalização e pintar a bordadura superior de branco e vermelho, para uma melhor identificação dos meios aéreos.

Através do projecto AGRIS 3.4, em 2008 a Autarquia pretende construir dois pontos de água. O PNPG através do mesmo projecto, em 2008, pretende construir dois pontos de água e beneficiar três. O ponto de água a construir em 2008 pelo PNPG em Britelo (Outeiro do Peleiro), deverá sofrer alterações quanto à sua localização.

Para 2010 e 2011 pretende-se construir mais 2 pontos de água, na parte oeste do concelho.

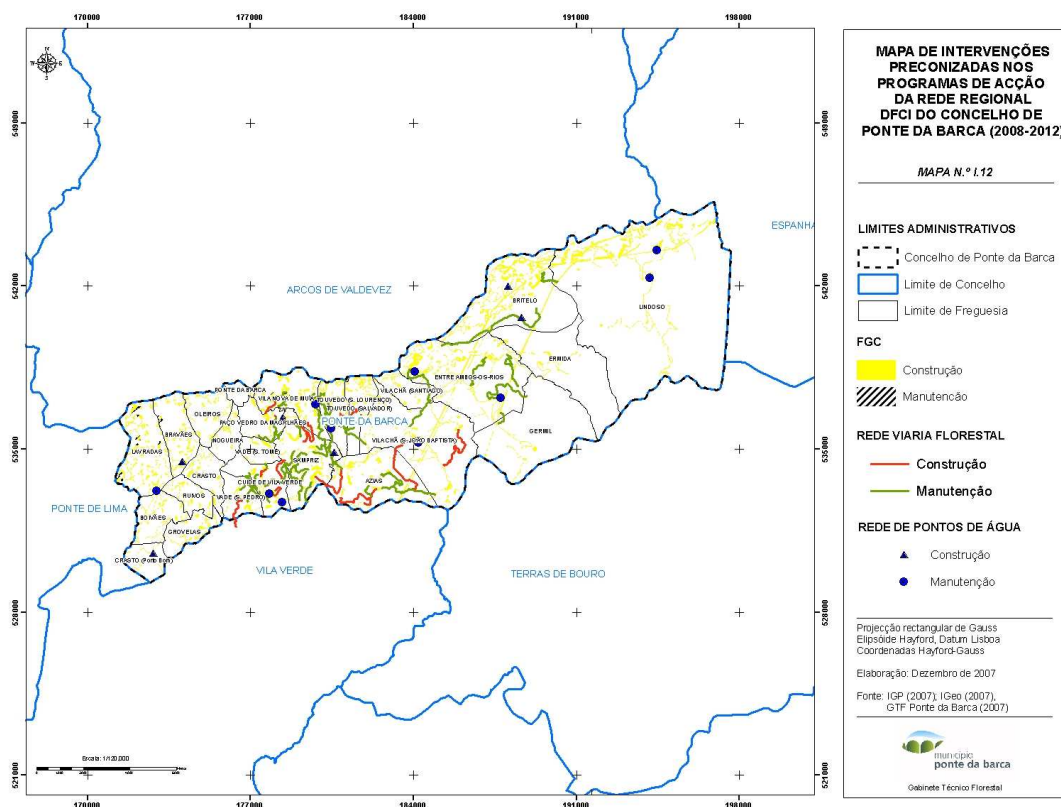


Freguesias	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C- Construção / M- Manutenção)				
					2008	2009	2010	2011	2012
Bravães	64	214	Rerservatório DFCI	100			C		M
	Sub-Total		2	100					
Britelo	23	114	Tanque	400	C		M		M
	63	214	Charca	600	C		M		M
	Sub-Total		2	1000					
Cuíde de Vila Verde	10	111	Rerservatório DFCI	57	M		M		M
	42	214	Chaca	20					
	Sub-Total		2	77					
Entre Ambos-os-Rios	28	214	Charca	225	M		M		M
	29	114	Tanque de Rega	51	M		M		M
	Sub-Total		2	276					
Lavradas	38	214	Charca	12	M		M		M
	Sub-Total		1	12					
Lindoso	21	114	Tanque de Rega	54	M		M		M
	65	214	Charca	400	M		M		M
	Sub-Total		2	454					
Paço Vedro de Magalhães	66	214	Charca	600	C		M		M
	Sub-Total		1	600					
Sampriz	67	214	Charca	600	C		M		M
	Sub-Total		1	600					
Touvedo (São Lourenço)	62	214	Charca	180		M		M	
	Sub-Total		1	180					
Vila Chã (S. João)	58	114	Tanque de Rega	75		M		M	
	59	114	Tanque de Rega	75		M		M	
	Sub-Total		2	150					
Vila Nova de Muía	4	111	Rerservatório DFCI	130		M		M	
	Sub-Total		1	130					
Total		17	3579						

3.1.3 – Mapa Síntese

No mapa seguinte pode-se observar as intervenções preconizadas nos programas de acção, no Anexo III existe um mapa para cada ano de intervenção.

O plano deverá ser reajustado conforme as dificuldades que se vão verificando e como já foi referido deverá ser possível alterar inclusive os critérios de definição das faixas de gestão de combustível.



3.1.4 – Programa Operacional: Metas, responsabilidades e estimativa de orçamento

Relativamente às metas para o concelho de Ponte da Barca é um resumo do programa de acção atrás referido, apresentando-se no quadro seguinte.

Acção	Área total (ha)	Metas	Indicadores Mensuráveis				
			2008	2009	2010	2011	2012
Implementação da rede secundária	2109,79 ha	FGC com recurso a meios manuais e mecânicos	554,76	418,94	172,13	528,12	435,84
	161,54 ha	Silvicultura Preventiva	33,13	49,18	28,37	15,36	35,50
	22096,00 m	Rede Viária	22,10				
	6 Unidades	Rede Pontos de Água	4,00		1,00	1,00	
Manutenção da rede secundária	33,86 ha	FGC com recurso a meios manuais e mecânicos					33,86
	360000,00 m	Rede Viária	63.060,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	35 Unidades	Rede Pontos de Água	6,00	4,00	10,00	4,00	11,00

A estimativa orçamental dos valores unitários, foram tidos em conta os valores do mercado e as tabelas da CAOF, tendo em consideração uma inflação dos preços no decorrer dos cinco anos do plano.

Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa e Orçamentos					TOTAL
			2008	2009	2010	2011	2012	
Implementação da rede secundária	FGC com recurso a meios manuais e mecanicos	Proprietários, CMPB, ICNB (PNPG), REN, EDP, BALDIOS	554.760,00 €	431.508,20 €	189.343,00 €	607.338,00 €	523.008,00 €	2.305.957,20 €
	Silvicultura Preventiva	CMPB, ICNB (PNPG)	16.565,00 €	25.819,50 €	15.603,50 €	8.832,00 €	21.300,00 €	88.120,00 €
	Rede Viária	CMPB, ICNB (PNPG)	176.800,00 €					176.800,00 €
	Rede Pontos de Água	CMPB, ICNB (PNPG), DGRF	40.000,00		10.000,00	12.000,00		62.000,00 €
Manutenção da rede secundária	FGC com recurso a meios manuais	Particulares, CMPB, ICNB (PNPG), REN, EDP, BALDIOS					30.474,00 €	30.474,00 €
	Rede Viária	CMPB, ICNB (PNPG)	126.120,00 €	63.000,00 €	64.500,00 €	66.000,00 €	67.500,00 €	387.120,00 €
	Rede Pontos de Água	CMPB, ICNB (PNPG), DGRF	6000,00	4200,00	11000,00	8000,00	16500,00	45.700,00 €
TOTAL			920.245,00 €	524.527,70 €	290.446,50 €	702.170,00 €	658.782,00 €	3.096.171,20 €

3.2 – 2.º Eixo Estratégico: Redução da Incidência dos Incêndios

O conhecimento das causas e motivações dos incêndios é crucial para o delineamento da estratégia de abordagem à problemática dos incêndios florestais. O correcto conhecimento das causas dos incêndios florestais permite definir com clareza o processo de sensibilização e de educação das populações, bem como actuar incisivamente sobre as motivações, evitando e isolando comportamentos potencialmente perigosos.

De igual forma, o conhecimento das causas e motivações dos incêndios é, como componente do risco de incêndio, um elemento fundamental no planeamento das acções de fiscalização, dissuasão e vigilância.

3.2.1 – Diagnóstico

3.2.1.1 – Sensibilização da população

Os quadro que se apresenta seguidamente procuram diagnosticar as situações e comportamentos de risco existentes no concelho de Ponte da Barca e quais os grupos-alvo a eles associados.

Grupo-alvo	Comportamento de risco				Impacto e danos			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?	N.º ocor	Área ardida	Danos	Custos
Público em Geral	Queima de lixos resultantes da actividade doméstica em núcleos habitacionais	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Zonas rurais e periurbanas	Todo o ano				
	Falta de limpeza de terrenos dentro ou adjacentes a núcleos habitacionais (ex.: acumulação de matos e lixo)	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Zonas rurais e periurbanas	Verão				
	Conflitos entre vizinhos	Fogo Posto	Zonas rurais	Verão				
	Fumadores	Cigarros e fósforos						
	Vandalismo	Utilização de fogo por puro prazer de destruir	Zonas rurais	Verão				
Agricultor	Realização de queimas de sobranter agrícolas	Sem considerar as medidas de segurança necessárias na utilização de maquinaria e equipamentos agrícolas	Zonas rurais	Todo o ano				
	Queima de combustíveis que invadem terrenos, caminhos, acessos e instalações agrícolas		Zonas rurais	Todo o ano				
Pastores	Renovação de pastagens - Queima periódica de matos e herbáceas com o objectivo de melhorar as qualidades forrageiras das pastagens naturais	Sem licenciamento da Câmara Municipal sem a presença de técnico credenciado em fogo controlado ou, na sua ausência, equipa de bombeiros ou equipa de sapadores florestais e sem considerar as medidas de segurança necessárias	Zonas rurais	Todo o ano				
Caçador	Penetração em áreas de caça - Queima de matos densos com o objectivo de facilitar a penetração do homem no exercício venatório	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Zonas rurais	Setembro a Dezembro				
	Conflito de Caça	Fogo posto originados por conflitos de origem cinegético	Zonas rurais	Setembro a Dezembro				
Comissão de festas	Lançamento de foguetes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Zonas rurais e periurbanas	Verão				

3.2.1.2 – Fiscalização

Em conjunto com as campanhas de sensibilização deverá surgir a vigilância dissuasora por parte da GNR que funciona também como meio de sensibilização através de uma acção mais directa à população. No entanto a fiscalização e dissuasão pela aplicação das coimas deverá se manter em conformidade com o que se passou no ano de 2007, que trouxe resultados bastante satisfatórios durante o período crítico.

Área de Actuação	Grupo-Alvo	Período de Actuação	Entidade Responsável	Meios Envolvidos *		Actividade Desenvolvida
				Recursos Humanos **	Recursos Materiais ***	
Gestão de Combustível	Proprietários de terrenos confinantes com edificações; Entidades resp. pela rede viária e aglomerados populacionais	Todo o ano	GNR	10	3 viaturas	Sensibilização e Fiscalização
Realização de queimas e queimadas	Agricultores; População em geral	Período crítico		10	3 viaturas	Sensibilização e Fiscalização
Lançamento de foguetes	Comissões de Festas	Período crítico		10	3 viaturas	Sensibilização e Fiscalização
Circulação em zonas de acesso condicionado	População em geral	Período crítico		10	3 viaturas	Sensibilização e Fiscalização
Zonas de Lazer	Utilizadores dos locais	Período crítico		10	3 viaturas	Sensibilização e Fiscalização
* Os meios envolvidos não são empenhados em exclusividade no PMDFCI. As actividades são desenvolvidas no âmbito do policiamento geral.						
** O Posto de Arcos de Valdevez mantém em permanência 2 militares de serviço, estando também em serviço os 5 elementos da EPF e 3 da EPNA						
*** Cada uma das Equipas está equipada com uma viatura						

3.2.2 – Programa de acção e Programa Operacional

Os programas de acção propostos visam incutir a população uma cultura de responsabilidade, bem como uma maior consciencialização por parte da população da importância do valor e da preservação do património florestal e com isso baixar o n.º de ocorrências por negligência.

As acções de sensibilização serão dirigidas quer à generalidade da população, quer a determinados público-alvo (pastores, caçadores, comunidade escolar;...), com a finalidade de prestar informação acerca das boas práticas de prevenção de incêndios florestais e de alertar para os comportamentos de risco.

As acções de sensibilização terão como base conteúdos programáticos e material de divulgação específicos, para cada público-alvo. Sendo dividida em sensibilização da população em geral e sensibilização e educação escolar.

Problema diagnosticado	Acção	Metas	INDICADORES				
			2008	2009	2010	2011	2012
Uso do fogo durante o período crítico e sempre que estejam reunidas as condições favoráveis à ocorrência de incêndios florestais	Sensibilizar os agricultores e a população rural sobre as possíveis consequências inerentes ao incorrecto uso do fogo e à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Realização de acções de sensibilização/esclarecimento nas aldeias das freguesias rurais do concelho, incluindo a distribuição de folhetos, divulgação na rádio local e através dos párcos, afixação de editais nas JF e colocação de out-doors	Realização de acção de sensibilização em 4 freguesias rurais do concelho	Realização de acção de sensibilização em 5 freguesias rurais do concelho	Realização de acção de sensibilização em 6 freguesias rurais do concelho	Realização de acção de sensibilização em 8 freguesias rurais do concelho	Realização de acção de sensibilização nas 10 freguesias rurais do concelho
Queimadas para renovação de pastagens, sem licenciamento da CM e sem técnico credenciado	Sensibilizar os pastores sobre as possíveis consequências inerentes ao incorrecto uso do fogo e à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Conhecer os pastores, área de intervenção e planificar, com a sua colaboração uma estratégia de gestão do pastoreio	20 % das freguesias onde se realiza pastoreio	40 % das freguesias onde se realiza pastoreio	60 % das freguesias onde se realiza pastoreio	80 % das freguesias onde se realiza pastoreio	100 % das freguesias onde se realiza pastoreio
Contradições no uso e fruição dos baldios	Informação aos órgãos gestores dos Baldios e respectivos compartes sobre os PUB	Realização de acções de sensibilização/esclarecimento com a colaboração das Associações Florestais; Demonstração de trabalhos de silvicultura preventiva	1 sessão por baldio / com 20% de participantes		1 sessão por baldio / com 20% de participantes		
Conflitos de caça	Sensibilizar os caçadores sobre as possíveis consequências inerentes ao incorrecto uso do fogo e à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Realização de acções de sensibilização/esclarecimento com a colaboração das Associações Florestais		1 acção com representação de 40% dos associados		1 acção com representação de 40% dos associados	
Lançamento de foguetes fora do período crítico	Sensibilizar as Comissões de Festas sobre os possíveis riscos de incêndio, associados ao lançamento de foguetes com recarga incandescente, fora do período crítico	Ofícios / Mailing para as Comissões de Festas com a informação necessária sobre os perigos vs consequências;	25 freguesias, 100% das comissões		25 freguesias, 100% das comissões		
		Fiscalização no decorrer das festas	5 freguesias	6 freguesias	7 freguesias	8 freguesias	10 freguesias
Incendiarismo (vandalismo e conflitos entre vizinhos)	Aperfeiçoamento da metodologia para apurar as causas dos incêndios	Estudo sobre as causas dos incêndios	Aumentar o n.º de ocorrências investigadas em 10%	Aumentar o n.º de ocorrências investigadas em 10%	Aumentar o n.º de ocorrências investigadas em 10%	Aumentar o n.º de ocorrências investigadas em 10%	Aumentar o n.º de ocorrências investigadas em 10%
Falta de informação sobre a temática DFCI	Informar, Educar e Sensibilizar as populações para a temática DFCI	Inclusão na página de internet e intranet da Autarquia informação de DFCI	500 visitantes do sítio DFCI	700 visitantes do sítio DFCI	1000 visitantes do sítio DFCI	1200 visitantes do sítio DFCI	1500 visitantes do sítio DFCI
		Desenvolver campanhas de sensibilização nos media, recorrendo à informação sobre comportamentos de risco e divulgação do risco através de spots na rádio municipal.	Informação sobre quais os comportamentos de risco/divulgação do risco, durante o período crítico na estação de rádio local (3 spots/dia – Junho a Setembro)				
		Inclusão de informação específica DFCI nas facturas mensais da água, durante o período crítico	Inclusão em todas as facturas do concelho				
		Distribuição de edital nas juntas de freguesia	50 editais distribuídos	80 editais distribuídos	100 editais distribuídos	100 editais distribuídos	100 editais distribuídos
	Promover o envolvimento da população estudantil na temática florestal	Desenvolver acções estratégicas de sensibilização da população estudantil, nomeadamente do 1º ciclo do ensino básico, recorrendo a material de sensibilização produzido pela DGRF (caderno da floresta, colecção de posters "Conhecer as Árvores", colecção de "Bilhetes de Identidade da floresta", folhas de pintura da colecção "Conhecer as árvores...compreender a floresta", livro juvenil "O dia em que a mata ardeu" e aos guiões de educação ambiental "Conhecer e preservar a floresta")	Todas as escolas 1º CEB das Freguesias rurais do concelho				
		Realização do evento "Semana da Floresta", integrado as comemorações do dia Mundial da Floresta	600 alunos	600 alunos	600 alunos	600 alunos	600 alunos

Sensibilização da população em geral

Nestas acções, realizadas anualmente, irão desenvolver-se campanhas relacionadas com:

- Sessões de esclarecimento junto da população sobre as medidas de silvicultura preventiva, em especial fora do período crítico, nomeadamente a limpeza das áreas envolventes aos aglomerados populacionais e edificação, limpeza de faixas laterais ao longo dos caminhos florestais e sua conservação, fogo controlado, normas para a realização de queima e queimadas;
- Divulgação diária do risco de incêndio florestal, durante o período crítico, assim como o condicionamento de acesso, circulação e permanência de pessoas e bens nos espaços florestais, uso do fogo e utilização de maquinaria e equipamentos;
- Informação sobre as boas práticas florestais;
- Distribuição de panfletos e cartazes para divulgação das medidas preventivas dos incêndios florestais;
- Colocação de Out-Doors nas principais vias do concelho de forma a alertar para o perigo dos incêndios florestais;
- Divulgação de programas de apoio nacionais e comunitários para incentivos à arborização, rearborização de áreas ardidas e limpeza de matos e povoamentos;
- Divulgação, em jornais e rádios locais, de medidas preventivas dos incêndios florestais;

Sensibilização e educação escolar

Pretende-se desenvolver uma educação florestal e ambiental a fim incutir nas crianças a importância da protecção da floresta e, através delas, sensibilizar os adultos.

Pretende-se desenvolver as seguintes acções:

- No dia da árvore (21 de Março) e durante essa semana promover acções junto das escolas, com a colaboração dos professores, desenvolvendo actividades relacionadas com a floresta;
- Durante todo o ano promover junto com as escolas actividades extra-curriculares e realização de actividades ao ar livre;
- Realização de programas de rádio dirigidos a este público-alvo;

- Promover acções de reconhecimento das diversas espécies de árvores, em especial as autóctones da região;

Neste último ano, desenvolveram-se campanhas de sensibilização em algumas freguesias críticas do concelho, quer ao nível da população geral quer ao nível da população escolar. Esta campanha foi desenvolvida pelas Associações de produtores, GNR, Câmara Municipal e DGRF. As sessões de divulgação das ZIF que se têm realizado também têm tido um papel importante na divulgação das novas regras de utilização de fogo e dos princípios básicos de defesa da floresta contra incêndios.

Este último ano a GNR deu um grande contributo na fiscalização durante o período crítico no controlo da existência das queimas e queimadas indevidas.

Fiscalização

A Fiscalização por parte da GNR irá incidir no público-alvo já indicado, nomeadamente, nos agricultores, nas festas do concelho, nos pastores, nos utilizadores de parques de lazer e no controlo dos acessos condicionados. Esta acção de fiscalização será efectuada no período crítico. A par da fiscalização a GNR realiza sensibilização da população em geral para as regras das boas práticas silvícolas e ambientais, nomeadamente nos assuntos referentes à DFCI.

No quadro seguinte pode-se observar a concretização orçamental das acções que nos propomos realizar.

Problema diagnosticado	Acção	Metas	Responsáveis	ESTIMATIVA					TOTAL
				2008	2009	2010	2011	2012	
Uso do fogo durante o período crítico e sempre que estejam reunidas as condições favoráveis à ocorrência de incêndios florestais	Sensibilizar os agricultores e a população rural sobre as possíveis consequências inerentes ao incorrecto uso do fogo e à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Realização de acções de sensibilização/esclarecimento nas aldeias das freguesias rurais do concelho, incluindo a distribuição de folhetos, divulgação na rádio local e através dos párcos, afixação de editais nas JF e colocação de out-doors	CMPB, ICNB,OPF	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	25.000,00 €
Queimadas para renovação de pastagens, sem licenciamento da CM e sem técnico credenciado	Sensibilizar os pastores sobre as possíveis consequências inerentes ao incorrecto uso do fogo e à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Conhecer os pastores, área de intervenção e planificar, com a sua colaboração uma estratégia de gestão do pastoreio	CMPB, ICNB,OPF	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	2.500,00 €
Contradições no uso e fruição dos baldios	Informação aos órgãos gestores dos Baldios e respectivos compartes sobre os PUB	Realização de acções de sensibilização/esclarecimento com a colaboração das Associações Florestais; Demonstração de trabalhos de silvicultura preventiva	CMPB, ICNB,OPF	6.500,00 €		7.000,00 €			13.500,00 €
Conflitos de caça	Sensibilizar os caçadores sobre as possíveis consequências inerentes ao incorrecto uso do fogo e à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Realização de acções de sensibilização/esclarecimento com a colaboração das Associações Florestais	CMPB / OCAÇADORES		2.000,00 €		7.000,00 €		9.000,00 €
Lançamento de foguetes fora do período crítico	Sesibilizar as Comissões de Festas sobre os possíveis riscos de incendio, associados ao lançamento de foguetes com recalda incandescente, fora do período crítico	Ofícios / Mailing para as Comissões de Festas com a informação necessária sobre os perigos vs consequências;	CMPB	150,00 €		200,00 €			350,00 €
		Fiscalização no decorrer das festas	GNR						- €
Incendiarismo (vandalismo e conflitos entre vizinhos)	Aperfeiçoamento da metodologia para apurar as causas dos incêndios	Estudo sobre as causas dos incêndios	GNR	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	12.500,00 €
Falta de informação sobre a temática DFCI	Informar, Educar e Sensibilizar as populações para a temática DFCI	Inclusão na página de internet e intranet da Autarquia informação de DFCI	CMPB	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	1.000,00 €
		Desenvolver campanhas de sensibilização nos media, recorrendo à informação sobre comportamentos de risco e divulgação do risco através de spots na rádio municipal.	CMPB	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	7.500,00 €
		Inclusão de informação específica DFCI nas facturas mensais da água, durante o período crítico	CMPB						- €
		Distribuição de edital nas juntas de freguesia	CMPB, ICNB,OPF	300,00 €	400,00 €	500,00 €	600,00 €	800,00 €	2.600,00 €
	Promover o envolvimento da população estudantil na temática florestal	Desenvolver acções estratégias de sensibilização da população estudantil, nomeadamente do 1º ciclo do ensino básico, recorrendo a material de sensibilização produzido pela DGRF (caderno da floresta, colecção de posters "Conhecer as Árvores", colecção de "Bilhetes de Identidade da floresta", folhas de pintura da colecção "Conhecer as árvores...compreender a floresta", livro juvenil "O dia em que a mata ardeu" e aos guíões de educação ambiental "Conhecer e preservar a floresta")	CMPB, ICNB,OPF	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	12.500,00 €
		Realização do evento "Semana da Floresta", integrado as comemorações do dia Mundial da Floresta	CMPB, ICNB,OPF	3.000,00 €	3.500,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	5.000,00 €	19.500,00 €
TOTAL									
TOTAL				22.150,00 €	18.100,00 €	23.900,00 €	23.800,00 €	18.000,00 €	105.950,00 €

3.3 – 3.º Eixo Estratégico: Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a detecção e extinção rápida dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de actuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

3.3.1 – Meios e recursos

3.3.1.1 – Listagem das entidades envolvidas em cada acção

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	Área de actuação (sectores territoriais)	Recursos humanos (n.º)	Período de actuação
Vigilância e Detecção	AFL	SF 09-111	S160601	5	8:00-12:00
	GNR	- EPNA	Todo o Concelho	3	13:30-17:00 (Seg. a Sex)
		- EPF		5	24 horas (Todos os dias)
		- GIPS		34	24 horas (Todos os dias)
	C. D. F. Entre-Ambos os-Rios	SF 14-111	S160604	4	Período Diurno
	ICNB	Sapadores ICNB/PNPG	S160605	5	8:00-12:00
					13:00-16:30 (Seg. Sex.)
					13:00-17:00 (Seg. a Sex)
	C. D. F. Lindoso	SF 11-111	S160606	5	8:00-12:00
					13:00-17:00 (Seg. a Sex)
1.ª Intervenção	AFL	SF 09-111	S160601	5	8:00-12:00
	BV Ponte da Barca	ECIN	Todo o concelho	5	13:30-17:00 (Seg. a Sex)
	GNR	GIPS	Todo o concelho	34	24 horas (Todos os dias)
	C. D. F. Entre-Ambos os-Rios	SF 14-111	S160604	4	24 horas (Todos os dias)
					8:00-12:00
					13:00-17:00 (Seg. a Sex)
	ICNB	Sapadores ICNB/PNPG	S160605	5	8:00-12:00
					13:00-16:30 (Seg. Sex.)
					13:00-17:00 (Seg. a Sex)
	C. D. F. Lindoso	SF 11-111	S160606	5	8:00-12:00
					13:00-17:00 (Seg. a Sex)
Combate	BV Ponte da Barca	ECIN	Todo o concelho	5	24 horas (Todos os dias)
		ELAC		2	
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	BV Ponte da Barca	ECIN	Todo o concelho	5	24 horas (Todos os dias)
		ELAC		2	
	ICNB	Sapadores ICNB/PNPG	S160605	5	8:30-12:00
					13:00-16:30 (Seg. Sex.)

3.3.1.2 – Inventário de equipamento ferramenta de sapador

No quadro encontra-se o inventário e o equipamento de sapador por equipa. Para além deste equipamento a Câmara Municipal possui uma carrinha de 1.^a Intervenção adquirida através do Agris 3.4. Existem também aprovados Kits de 1.^a intervenção em 11 freguesias (Cuide de Vila Verde, Boivães, Britelo, Entre Ambos-os-Rios, Ermida, Germil, Lindoso, Touvedo (Salvador), Grovelas, Vila Chã (Santiago) e Vila Chã (S. João)).

Entidade	Identificação da Equipa	Viatura			Equipamento hidráulico de supressão		Ferramentas de Sapador	
		Nº	4*4	4*2	N.º	Tipo1)	N.º	Tipo
AFL	SF 09-111	1	1		1	K	1 3 4 2	Mosserra Motorrossa doras Batedores Pás
C. B. da Freguesia de E.A.B	SF 14-111	1	1		1	K	1 3 4 1 1 1	Motossera Motorrossa doras Batedores Pá Bomba Dorsal Ancinho
C. B. da Freguesia de Lindoso	SF 11-111	1	1		1	K	1 4 6 4 5 2 2 1	Motossera Motorrossa doras Batedores Pás Enxadas Ancinhos Forquilha Serrote
ICNB	Sapadores ICNB/PNPG	1	1		1 1	K MF	2 3 2	Motossera Batedores Pás
GNR	EPF /SEPNA	2	2					
	GIPS	4	4		4	K		
	Patrulha Posto	1	1					
BV Ponte da Barca	BV Ponte da Barca	5	3	2	12 36	A M	15 15 20	Batedores Enxadas Batedores
Exército	Escola Prática dos Serviços						2 Vários Vários Vários Vários	Motossera Batedores Pás Picaretas Ancinhos

1) kit-K, mangueiras-M; agulhetas-A, Motobomba flutuante - MF

3.3.1.3 – Meios complementares de apoio ao combate

No quadro seguinte, encontram-se alguns meios existentes em cada freguesia que podem ser úteis no combate e/ou rescaldo dos incêndios e os meios disponíveis da Câmara Municipal, solicitados através do fornecimento continuado de serviços de máquinas para 2007, tendo em contra o preço mais baixo.

Os meios privados poderão, em caso de necessidade, não estar totalmente disponíveis.

Descrição	Quantidade de Maquinaria	Custo aluguer S/IVA (€/hora)	Nome do Proprietário	Telefone / Telemóvel	Localização
Tractor c/ Cisterna	1		Manuel Couto Rodrigues	258452183	Bravães
Tractor c/ Cisterna	1		António Abreu	258453947	Bravães
Retroescavadora	1		António Abreu	258453947	Bravães
Tractores	1		Manuel Cerqueiro Couto	258458720	Cuíde de Vila Verde
Tractor	1		Manuel Araújo Marinheiro	964520694	Lindoso
Cisterna	1		Artur Alves Freitas	258452368 934034938	Paço Vedro de Magalhães
Tractor	1		António Dantas de Sousa	258588320 918156069	Vila Chã (Santiago)
Retroescavadora	1		António Dantas de Sousa	258588320 918156069	Vila Chã (Santiago)
Retroescavadora	1	21,00	José JPB*	961311446**	Ponte da Barca
Pá carregadora de rastos		40,00	Aparício*	961311446**	Ponte da Barca
Tractor c/ pá frontal	1		Câmara Municipal	961311446**	Ponte da Barca
Cisterna 4000 Litros	1		Câmara Municipal	961311446**	Ponte da Barca
Cisterna de 3000 Litros	1		Câmara Municipal	961311446**	Ponte da Barca
Mini-escavadora de rastos	1		Câmara Municipal	961311446**	Ponte da Barca
Minicarregadora	1		Câmara Municipal	961311446**	Ponte da Barca
Tractor	1		Câmara Municipal	961311446**	Ponte da Barca

* Fornecimento continuado serviço de máquinas para 2007 (À ordem da Câmara Municipal)

** Após contacto do Vice-Presidente (Eng.º José Pontes)

3.3.1.4 – Dispositivos operacionais, funções e responsabilidades

No quadro seguinte, apresentam-se as entidades, funções e responsabilidades, afectos à defesa da floresta contra incêndios no concelho de Ponte da Barca.

Entidades	Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância	1. ^a Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-incêndio	Despistagem das Causas
Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca				X	X	X	X	
Sapadores Florestais (DGRF)	X		X	X	Com requisição			
Sapadores Florestais (ICNB/PNPG)	X		X	X		X	X	
Programas Ocupacionais	X		X					
GNR	EPNA	X	X	X				X
	EPF	X	X	X				X
	GIPS	X	X	X				
Polícia Judiciária								X
Câmara Municipal	X	X						

3.3.2 – Dispositivos Operacionais DFCI

3.3.2.1 – Esquema de comunicação dos alertas amarelo, laranja e vermelho do concelho de Ponte da Barca

No sistema de DFCI existem quatro níveis de **Alerta: Azul, Amarelo, Laranja e Vermelho**. Como foi anteriormente referido, é da competência do CDOS de Viana do Castelo a emissão dos Alertas determinados pelo Centro Nacional de Operações de Socorro (CNOS). Assim, o CDOS, através do oficial de ligação de DFCI informa o responsável pela Protecção Civil Municipal/GTF e a entidade patronal dos Sapadores Florestais sobre o Estado de Alerta. Os Bombeiros são informados directamente pelo CDOS.

Caso o CDOS informe, que o concelho se encontra em Alerta Amarelo, Laranja, ou Vermelho, os mecanismos que daí advém são verificados pelo Protecção Civil Municipal/GTF. Nesta situação, é necessário efectuar procedimentos para avaliação da prontidão das equipas de Sapadores Florestais e, eventualmente, contactar os Presidentes de Junta de Freguesia para os avisar das situações de Alerta.

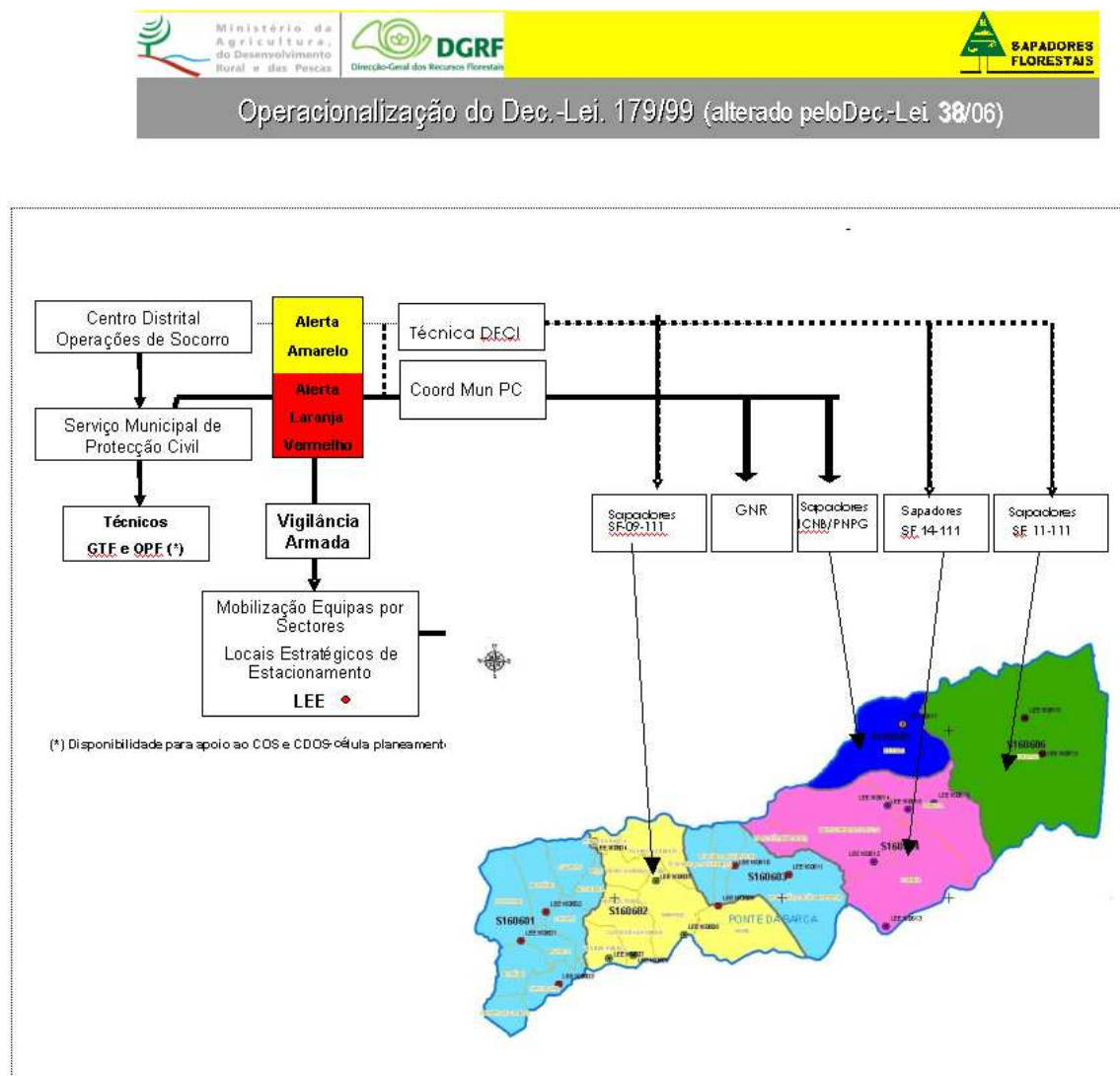
Os avisos e informações às populações sobre o índice de risco diário de incêndio, comportamentos de risco, acções proibidas de realizar, entre outros, são da competência do Serviço de Protecção Civil Municipal/ GTF. Os meios de transmissão de avisos/informações podem ser através do jornal semanal local, rádio local, afixação de editais, info-mail, solicitando também a colaboração dos párocos.

Os procedimentos de actuação das várias entidades envolvidas na DFCI variam de acordo com os diferentes níveis de alerta.

Em situações de Alerta Amarelo, Laranja e Vermelho todas as EQUIPAS de DFCI, à excepção dos bombeiros, realizam Vigilância Armada, posicionando-se nos LEE

respectivos ao seu sector de intervenção. O número mínimo de elementos de cada equipa deverá ser de 4.

Na figura e quadro seguinte encontram-se as entidades envolvidas no Alerta Amarelo, Laranja e Vermelho e os respectivos LEE do Concelho de Ponte da Barca.



PROCEDIMENTOS DE ACTUAÇÃO					
ALERTA AMARELO		ALERTA LARANJA		ALERTA VERMELHO	
Entidades		Actividades	Horário	N.º mínimo de elementos	Locais de Posicionamento (LEE)
Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca		1ª Intervenção	24 horas	7	Todo o concelho
		Combate			
		Rescaldo			
		Vigilância Pós Incêndio			
SF 09-111		Vigilância Armada	Início - 11:30 h	4	LEE 160604
		1ª Intervenção	Fim - 19:30 ha		LEE 160605
					LEE 160606
					LEE 160607
					LEE 160608
SF 14-111		Vigilância Armada	Início - 11:30 h	4	LEE 160612
		1ª Intervenção	Fim - 19:30 ha		LEE 160613
					LEE 160614
					LEE 160615
					LEE 160616
SF 11-111		Vigilância Armada	Início - 11:30 h	4	LEE 160618
		1ª Intervenção	Fim - 19:30 h		LEE 160619
GNR	EPF / EPNA	Vigilância Armada	24 horas	8	Todo o Concelho
	GIPS	Vigilância Armada 1ª Intervenção	24 horas	5	Todo o Concelho
ICNB - PNPG		Vigilância Armada	Início - 11:30 h	4	LEE 160617
		1ª Intervenção	Fim - 19:30 ha		
		Rescaldo			
		Vigilância Pós Incêndio			

Alerta Amarelo

O alerta amarelo compreende uma situação de previsibilidade de ocorrências podendo ultrapassar a capacidade de resposta sectorial do Distrito. É necessário garantir as seguintes situações:

- Aumentar o estado de prontidão dos dispositivos;
- Pré posicionamento dos meios;

- Tomada de medidas de prevenção e vigilância activas;
- Aumento da capacidade de ataque inicial;
- Aumento do fluxo de informação;

As equipas de Sapadores requisitadas pelo CDOS, irão efectuar a vigilância armada, nos pontos de vigilância estratégicos (LEE'S) ou noutro local que se justifique, sempre em articulação com a GNR.

Alerta Laranja

O Alerta Laranja já compreende a situação de previsibilidade de ocorrência ou ocorrências múltiplas com necessidade de resposta Nacional ao nível Sectorial. A este nível exige-se um reforço global dos meios e recursos e uma interacção bem coordenada entre os diferentes organismos e entidades que intervêm no processo.

As medidas gerais a adoptar devem ser as seguintes:

- Apresentar a situação ao Presidente da Câmara;
- Recolher informação e analisar a situação;
- Reforçar a vigilância e detecção;
- Reforçar os meios de combate;
- Rever o inventário de meios;
- Reforçar as telecomunicações;
- Informar a população.

Nestas condições as equipas de Sapadores requisitadas pelo CDOS, irão efectuar a vigilância armada, nos pontos de vigilância estratégicos (LEE'S) ou noutro local que se justifique, sempre em articulação com GNR.

Alerta Vermelho

O Alerta Vermelho compreende a previsibilidade de ocorrência ou ocorrências múltiplas com necessidade de resposta Nacional Global. São situações de emergência que obrigam à activação dos planos de contingência e suas respectiva articulação com o Plano Municipal de Emergência. Nesta situação é exigido a mobilização total dos meios e o reforço total das estruturas da Protecção Civil de modo a garantir o estado de prontidão operacional.

As medidas gerais a adoptar devem ser as seguintes:

- Activar de imediato o CMOEPC e respectivos planos de contingência;
- Disponibilidade máxima de todos os meios e recursos;
- Reforçar o alerta à população.

3.3.2.2 – Lista geral de contactos

No Quadro seguinte encontram-se a lista de contactos das entidades envolvidas no dispositivo DFCI do concelho de Ponte da Barca.

Entidade	Serviço	Cargo	Nome do Responsável	Telemóvel	Telefone	Fax	E-mail
Câmara Municipal	CMDFCI	Presidente da CMDFCI	António Vassalo Abreu		258480180	258480189	geral@cm-pontedabarca.pt
		Vice-Presidente	Eng.º José Pontes	93131446			jpontes@cm-pontedabarca.pt
	DOPA - GTF	Técnico	Eng.º Marcos Coutinho	966282771			gtfflorestal@cm-pontedabarca.pt
	DOPA - GTF	Encarregado Geral	José Gomes	964177882			
Corpo de Bombeiros	Bombeiros voluntários P. Barca	Comandante	José Braga	963945710	258452107	258454311	
		2º Comandante	Manuel Felgueiras	932839626			
CDOS	SNBPC	Comandante	Tenente-coronel António Costeira Antunes	961480288	258806611/2	258806618	cdos.vcastelo@snbpc.pt
	SNBPC	2º Comandante	Eng.º Daniel Robalo Simões	961481181			
GNR	CDOS	Oficial de ligação CDOS	Major João Costa Reis	961194072	258834148	258806618	
	CMDFCI	Comandante Destacamento A. Valdevez	Tenente Ricardo Cortinhas	961194076	258521510		
		Comandante Posto P. Barca	Carlos Gama	961194169	25845214	258455081	
DGRF	Núcleo Florestal	Chefe do Núcleo	Eng.ª Isabel Maria Moreira da Silva		258822247	258822907	isabel.msilva@dgrf.min-agricultura.pt
		Técnico DFCI	Eng.ª Catarina Pires	962032657			catarina.pires@dgrf.min-agricultura.pt
Juntas Freg.	CMDFCI	Representante	Manuel dos Anjos Marinheiro	935890011	258 577119	258576011	
OPF	AFL	Técnicos	Eng.ª Mariano Freitas	962030870	258944103	258944103	afloreslima@gmail.com
			Eng.ª Estela	969571719			
		Chefe equipa Sapadores Florestais	José Almeida	962036913			
	C.D. Baldios Entre Ambos os-Rios	Presidente	Inocêncio Lobo Araújo	964801588	258 588 720	258 588 720	
		Chefe equipa Sapadores Florestais	Pedro Afonso	969058200			
	C.D. Baldios de Lindoso	Presidente	Secundino Fernandes	96 4315 582	258 576 813	258 577 119	
ICNB/ PNPG	CMDFCI	Técnica	Drª Maria do Carmo Oliveira	967423664	253203480	253613169	pnpg.oliveirac@icn.pt
	Coordenação e apoio Inc. Florestais	Coordenador	Eng.º Marcos Liberal	934353106	253203480	253613169	pnpg.liberalj@icn.pt
Exército	Escola Prática de Serviços	Oficial de ligação EPS	José Casemiro Jácome Martins	965138112	252696111	252696350	jacomemartins@sapo.pt

3.3.3 – Sectores Territoriais DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

Os sectores são identificados por uma expressão alfanumérica, com as seguintes componentes: **SDDCCss** em que “S” significa “sector”, “DD” e “CC” são os algarismos do

código INE para o concelho em causa e “ss” é um número sequencial próprio para os sectores do concelho.

Para o concelho de Ponte da Barca, foram atribuídos seis sectores, tendo em consideração os meios e recursos existentes no concelho.

S160601 – Sector 01 (Abrange as freguesias de Boivães, Bravães, Crasto, Grovelas, Lavradas, Nogueira, Oleiros, Ruivos);

S160602 – Sector 02 (Abrange as freguesias de Azias, Cuide de Vila Verde, Paço Vedro de Magalhães, Ponte da Barca, Sampriz, Vade (S. Pedro), Vade (S. Tomé) e Vila Nova de Muía);

S160603 – Sector 03 (Abrange as freguesias Touvedo (Salvador), Vila Chã (S. João), Touvedo (S. Lourenço));

S160604 – Sector 04 (Ermida, Entre-Ambos-os-Rios, Germil, Vila Chã (Santiago));

S160605 – Sector 05 (Britelo)

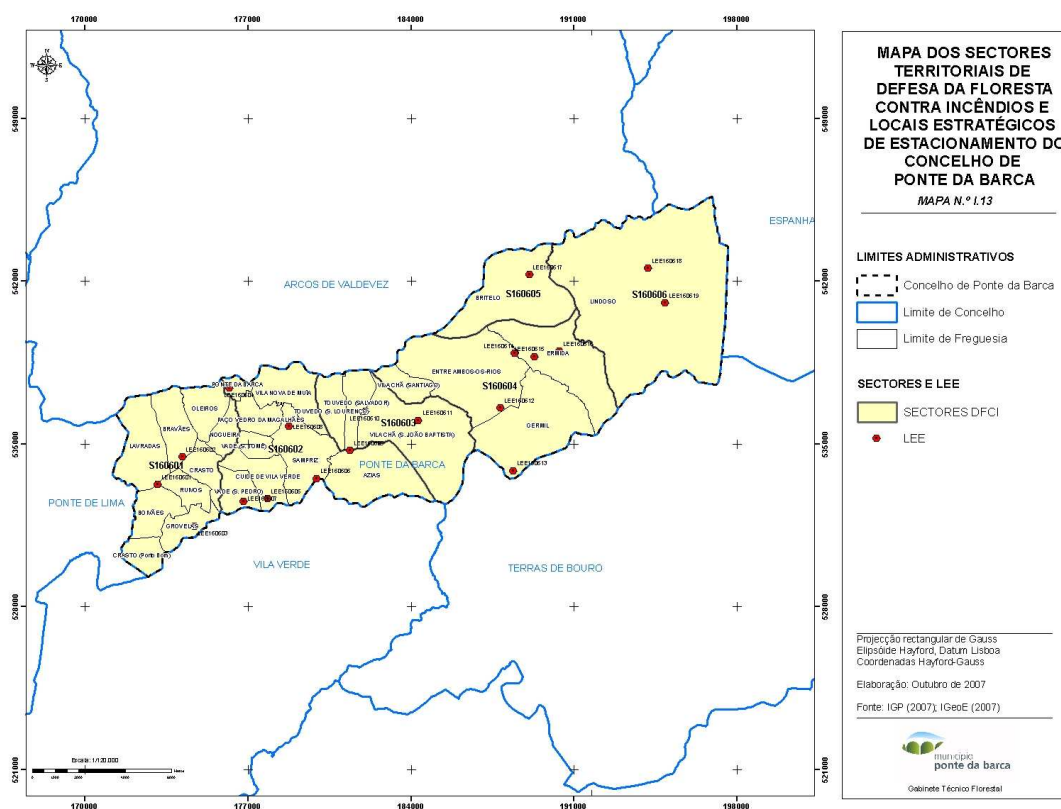
S160606 – Sector 06 (Lindoso)

Os locais estratégicos de estacionamento (LEE), integrados na rede de vigilância das redes regionais e municipais de defesa da floresta, constituem pontos no território onde se considera óptimo o posicionamento de unidades de primeira intervenção, garantindo o objectivo de máxima rapidez nessa intervenção e, secundariamente, os objectivos de vigilância e dissuasão eficazes.

Os locais estratégicos de estacionamento são identificados por uma expressão alfanumérica, com as seguintes componentes: **LEEDCCss** em que “LEE” significa “local estratégico de estacionamento”, “DD” e “CC” são os algarismos do código INE para o concelho em causa e “ss” é um número sequencial próprio para os LEE do concelho.

Apresentam-se no quadro seguinte e no Anexo III os LEE estabelecidos para o concelho de Ponte da Barca.

LEE	CONCELHO	FREGUESIA	LOCAL	PRIORITÁRIO
LEE160601	Ponte da Barca	Boivães	Vértice Geodésico da Pegadinha	
LEE160602	Ponte da Barca	Bravães	Sra da Pegada	Sim
LEE160603	Ponte da Barca	Grovelas	Sede da Junta de Freguesia	
LEE160604	Ponte da Barca	Ponte da Barca	Campo de Futebol	
LEE160605	Ponte da Barca	Cuide Vila Verde	Danaia	Sim
LEE160606	Ponte da Barca	Sampriz	Vértice Geodésico Castelo de Aboim (Livramento)	Sim
LEE160607	Ponte da Barca	Vade S. Pedro	Boivivo	Sim
LEE160608	Ponte da Barca	Sampriz	Queixada	Sim
LEE160609	Ponte da Barca	Azias	Vértice Geodésico Chã da Veiga (Pedreiras)	
LEE160610	Ponte da Barca	Vila Chã (São João)	Senhora da Paz	Sim
LEE160611	Ponte da Barca	Vila Chã (São João)	Seixas	
LEE160612	Ponte da Barca	Entre Ambos-os-Rios	Ervedeiros	Sim
LEE160613	Ponte da Barca	Germil	Germil	
LEE160614	Ponte da Barca	Entre Ambos-os-Rios	Lourido	Sim
LEE160615	Ponte da Barca	Ermida	Agueira (Miradouro)	
LEE160616	Ponte da Barca	Ermida	Cabeço de Moinhos	
LEE160617	Ponte da Barca	Germil	Mosteirô	Sim
LEE160618	Ponte da Barca	Lindoso	Porto Chão	
LEE160619	Ponte da Barca	Lindoso	Rebordo Feio	Sim



3.3.4 – Vigilância e Detecção

A detecção e localização de um foco de incêndio na fase inicial, quando este ainda apresenta dimensões reduzidas, são factores de crucial importância para o sucesso do combate e controlo do incêndio.

Para desenvolver uma estratégia de protecção contra fogos florestais a nível municipal, é importante conhecer quais as áreas que são visíveis e quais as áreas encobertas em relação aos postos de vigia fixos no interior ou na vizinhança próxima do concelho.

Descreve-se o plano de vigilância estabelecido em função dos meios existentes. Esses meios são distribuídos pelos “**Sectores Territoriais de DFCI**”, definidos, de forma a otimizar a eficiência da vigilância em função dos meios disponíveis.

As acções de vigilância são coordenadas pela da GNR, em articulação com o CDOS. Devem incidir sobre toda a superfície florestal e agrícola e intensificar-se nas áreas florestais de maior risco de incêndio e nas freguesias integradas na Zona Crítica descrita anteriormente.

No concelho, as acções de vigilância fixa e móvel são desenvolvidas pelas equipas Sapadores Florestais (SP), pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês (ICNB-PNPG).

3.3.4.1 – Rede de Postos de Vigia

A rede de vigilância fixa de fogos no concelho de Ponte da Barca é assegurada Guarda Nacional Republicana (GNR). No quadro seguinte, são representados os postos de vigia mais próximos do concelho de Ponte da Barca, assim como as principais características de cada um.

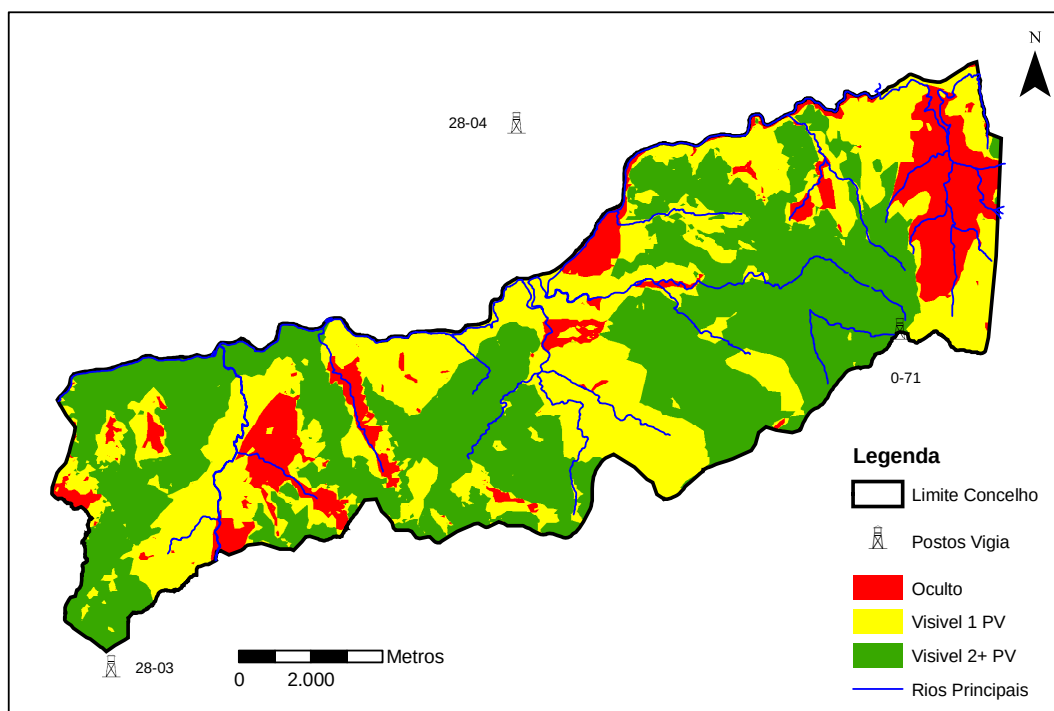
No entanto, os postos de vigia 28-01, 28-02, 25-04, 0-72, 29-02 e 28 também fazem visadas para o concelho de Ponte da Barca.

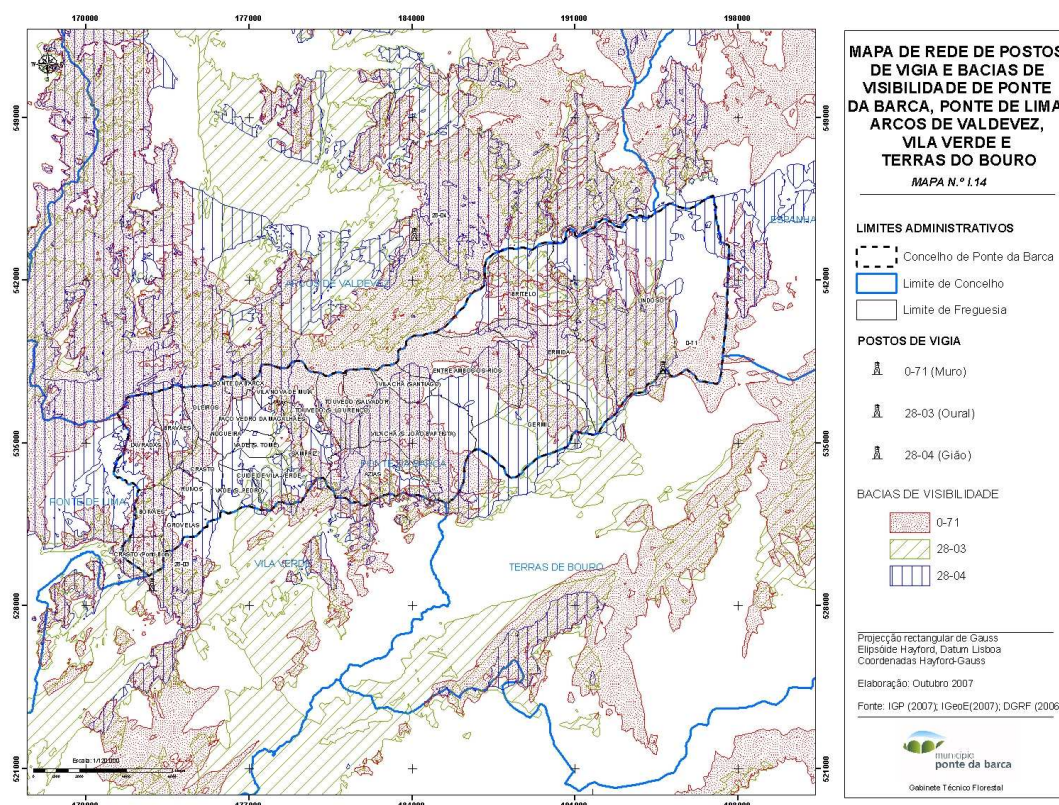
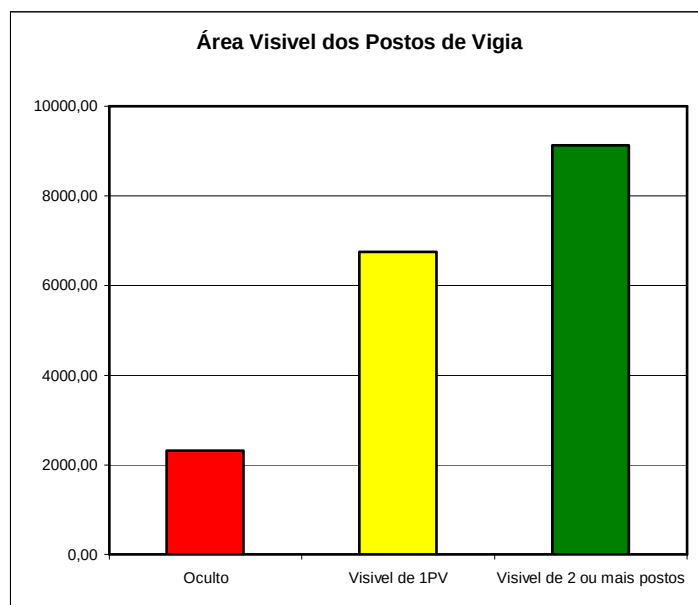
Código	Designação/ Proprietário	Concelho	Localidade + próxima	Altitude	Dist. ao Limite do Concelho	Coordenadas Gauss (X;Y)
0-71	Muro (GNR)	Ponte da Barca	Lindoso	1371 m	0 m	194810;538259
28-03	Oural (GNR)	Vila Verde	Codeceda	722 m	400 m	172847;528904
28-04	Gião (GNR)	Arcos de Valdevez	Vale	821 m	4000 m	184138;543979

Em relação à visibilidade dos postos de vigia, verifica-se que a área oculta é de 2324,12 ha, a área visível por um posto de vigia é de 6759,35 ha, e a área visível de dois ou mais postos de vigia é de cerca de 9134,48 ha.

Da análise e comparação da Carta de Visibilidade dos Postos de Vigia e da Carta de Ocupação do Solo (COS 2004) verifica-se que maioria das zonas ocultas são ocupadas por áreas agrícolas, excepto o Vale do Rio Cabril (freguesia de Lindoso), sendo necessário reforçar vigilância móvel nesta zona.

No entanto, a área visível representa cerca de 87 % da superfície do concelho.





3.3.4.2 – Vigilância Móvel

Juntamente com a vigilância fixa efectuada pelos postos de vigia, será realizada vigilância móvel pelos Sapadores Florestais (ESP), pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês (ICNB-PNPG).

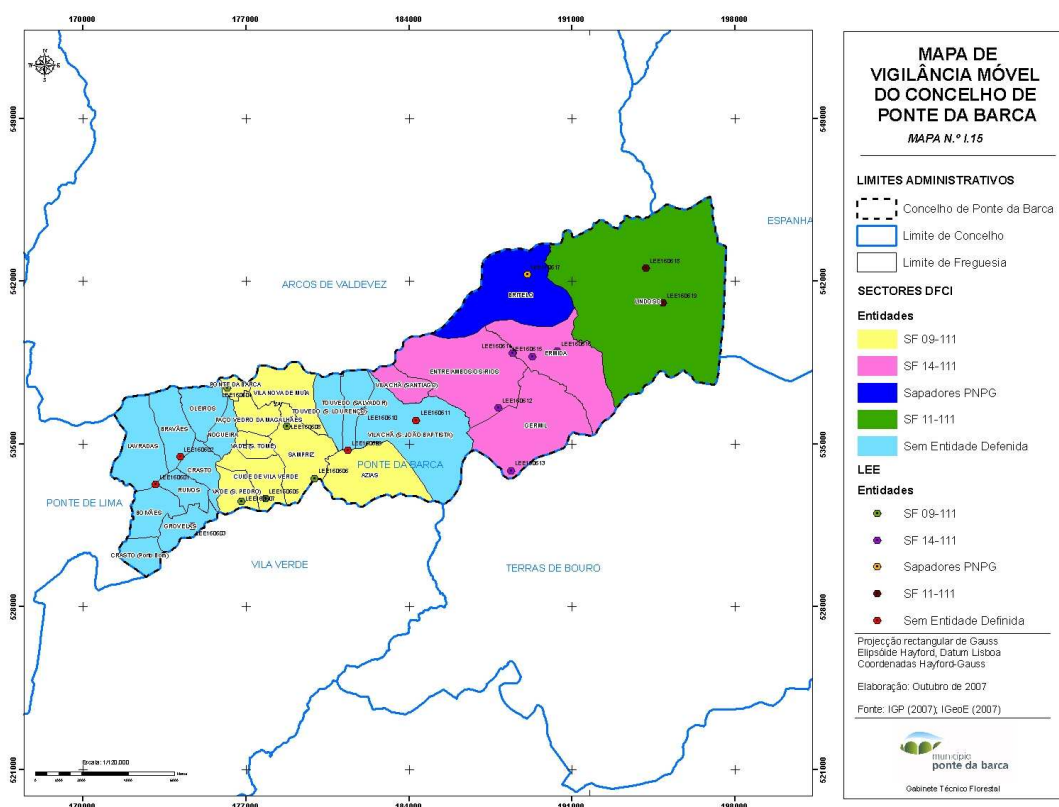
O Município de Ponte da Barca, tem se candidatado ao Programa “Voluntariado Jovem para as Florestas”, durante o período de Julho a Setembro.

Segundo o disposto no Dec-Lei n.º 124/2004 de 28 de Junho, os sistemas de vigilância móvel têm por objectivos aumentar o efeito de dissuasão, identificar agentes causadores ou suspeitos de incêndios ou situações e comportamentos anómalos, detectar incêndios em zonas sombra dos postos de vigia e realizar acções de primeira intervenção em fogos nascentes.

As acções de vigilância móvel desenvolvem-se através do patrulhamento das áreas florestais e devem também integrar acções de informação e de educação dirigidas à população, no sentido de promover acções de prevenção e evitar actos de negligência.

Em determinadas circunstâncias inerentes aos níveis de “Alerta” descritos adiante, a vigilância deve ser exercida a partir de determinados pontos designados Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE), nos quais as equipas de vigilância se posicionam durante determinados períodos, designando-se “Vigilância Armada”.

No mapa seguinte apresenta-se os sectores de vigilância afectos a cada uma das entidades para o concelho de Ponte da Barca.



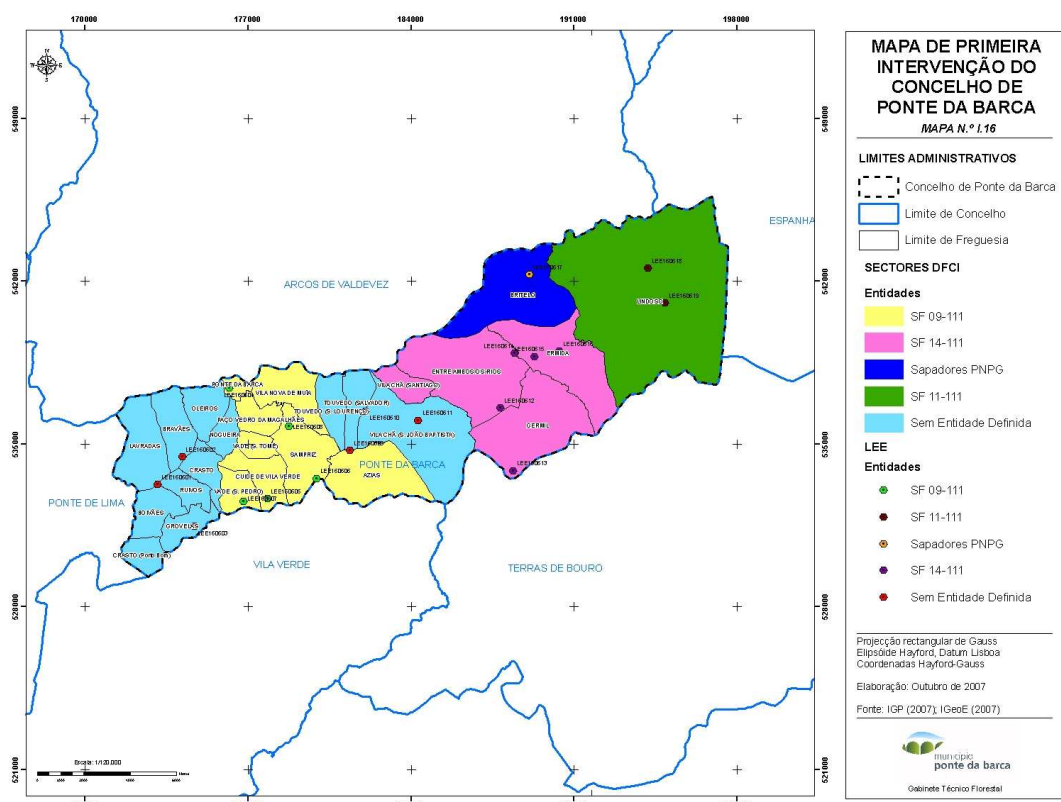
3.3.5 – Primeira Intervenção

Quando as equipas de DFCl dotadas de equipamento de 1.^a intervenção detectam um incêndio ou são informadas de um incêndio na sua área de intervenção, têm a obrigação de serem as primeiras a acudir ao fogo.

Logo que a equipa de 1.^a intervenção chega ao incêndio, o chefe dessa equipa deve transmitir ao Comando dos Bombeiros ou ao CDOS o ponto da situação.

As acções de primeira intervenção são efectuadas pelas equipas de Sapadores Florestais (ESP), pela Guarda Nacional Republicana (GIPS), pela equipa de Sapadores do ICNB-PNPG e pelo Grupo ECIN de Corpo de Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca.

No mapa seguinte apresentam-se os sectores de 1.^a Intervenção afectos a cada uma das entidades para o concelho de Ponte da Barca.



3.3.6 – Combate

As acções de combate são asseguradas pela única corporação de Bombeiros Voluntários existente no concelho e habitualmente por um helicóptero que estará disponível no

período de 1 de Julho a 30 de Setembro, que servirá todo o distrito de Viana do Castelo. O corpo dos bombeiros é constituído no seu todo pelo seguinte efectivo:

- 1 ECIN dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca com 5 elementos operacionais, 24 horas por dia, durante o período crítico.
- 1 ELAC (Equipa Logística de Apoio) com 2 elementos operacionais, 24 horas por dia, durante o período crítico, para reforço de abastecimento de água
- Cerca de 70 Voluntários, que poderão dar apoio em algumas situações.

No quadro seguinte, encontra-se os veículos dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca disponíveis para o combate a incêndios florestais.

Tipologia	Matricula	Marca/Modelo	Tracção	Capacidade (litros)
VLCI - 01	04-53-GH	Land Rover Defender	4*4	600
VRCI - 03	NQ-72-69	Toyota Dyna	4*4	1.200
VFCI - 04	93-71-DE	Mercedes Unimog	4*4	1.600
VRCI - 02	RO-29-96	VOLVO N7	4*2	6.000
VTTR - 01	00-25-CX	DAF - 95	4*2	10.000
VCOT - 01	43-61-MH	Land Rover Defender 110	4*4	—

VLCI - **Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios**

VRCI - **Veículo Rural de Combate a Incêndios**

VFCI - **Veículo Florestal de Combate a Incêndios**

VTTR - **Veículo Tanque Tático Rural**

VCOT - **Veículo de Comando Tático**

Estes elementos estão localizados na sede da Corporação em Ponte da Barca.

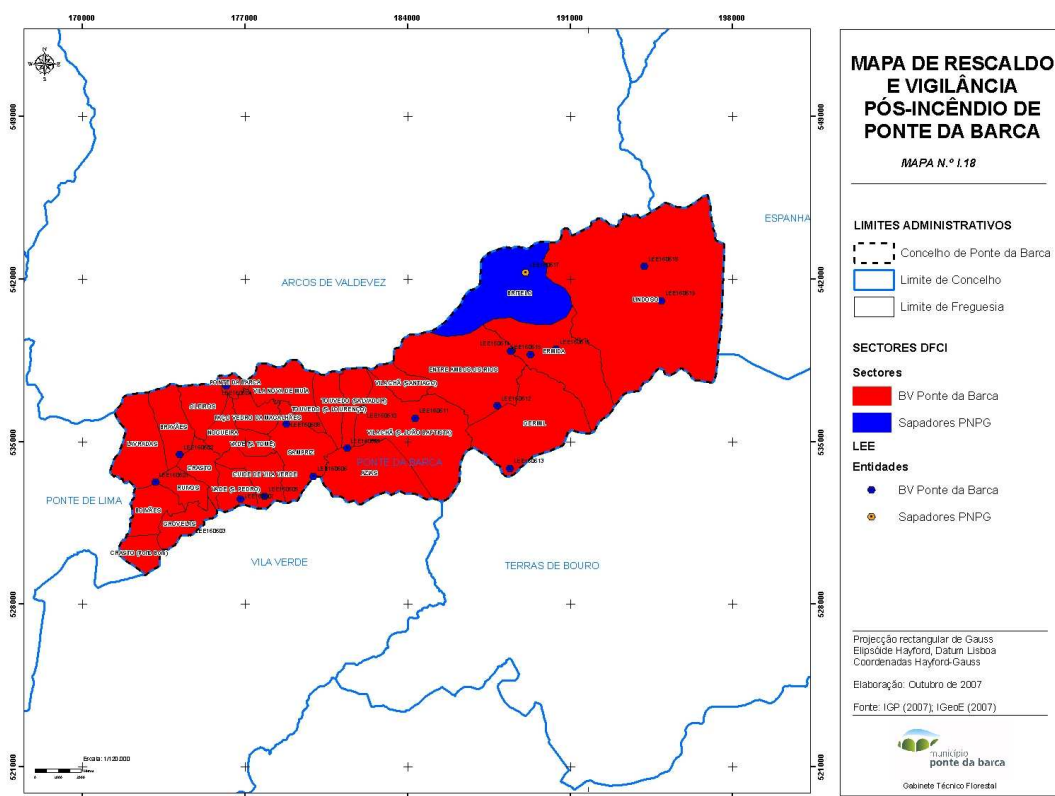
As equipas de sapadores florestais e a equipa brigadas florestais do ICNB/PNPG poderão dar apoio ao combate, mediante “requisição” do CDOS às entidades responsáveis pelas equipas.

Os elementos do exército também poderão dar apoio logístico no combate aos incêndios quando solicitados pelo CDOS.



Para isso, devem garantir, após a extinção das frentes de fogo, a presença de pessoal para consolidar o perímetro ardido.

No mapa seguinte apresentam-se os sectores de rescaldo e vigilância pós-incêndio afectos a cada uma das entidades para o concelho de Ponte da Barca.



As acções de rescaldo no concelho são normalmente assegurados pelos bombeiros voluntários, no entanto, nas alturas mais críticas, estes elementos são utilizados nas acções de combate, não existindo nestas alturas meios suficientes para realizar um rescaldo eficaz.

Na área de intervenção (S160605) da equipa de sapadores do ICNB/PNPG, as acções de rescaldo e vigilância pós-incêndio serão asseguradas por esta equipa.

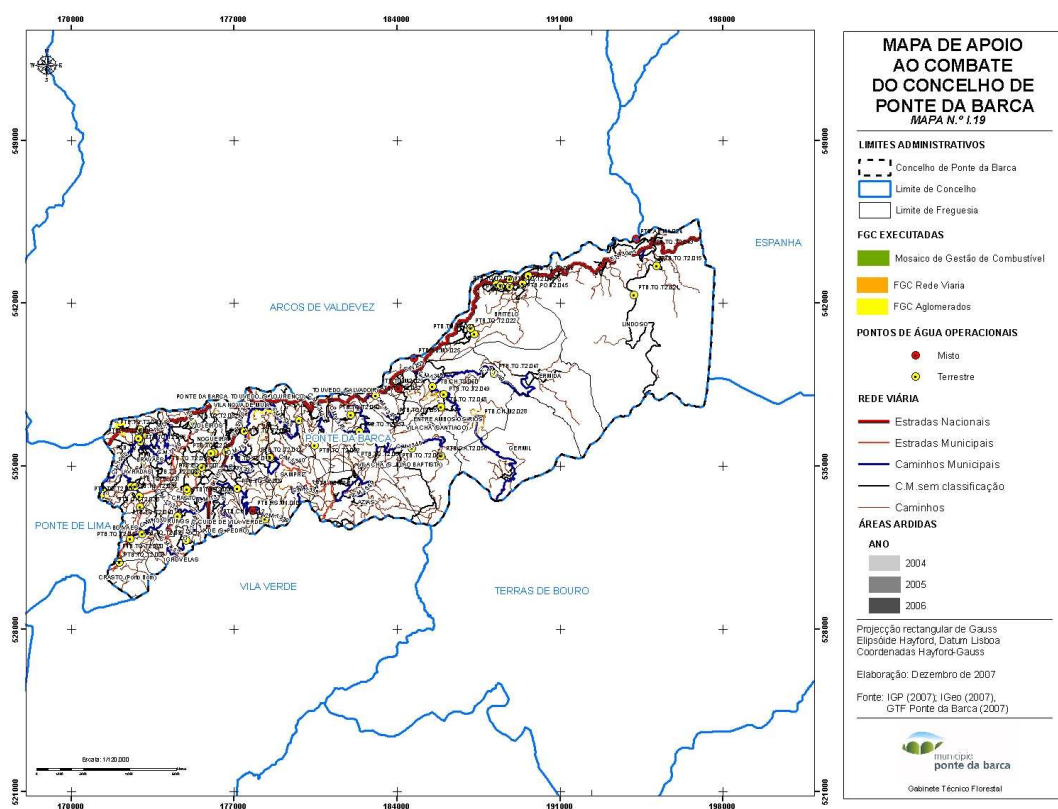
Os sapadores florestais podem assegurar o rescaldo e vigilância pós-incêndio mediante “requisição” efectuada pelo CDOS.

De forma a tornar o rescaldo e a vigilância pós incêndio mais eficaz, irá propor-se uma maior disponibilidade de meios, nomeadamente o envolvimento das populações locais e juntas de freguesias com a aquisição de Kits de primeira intervenção.

3.3.8 – Apoio ao combate

Neste mapa de apoio ao combate representaram-se as infra-estruturas de apoio ao combate, desde as faixas já executadas, a RV operacional e outros pontos de DFCI, considerados importantes.

Colocaram-se as infra-estruturas como os pontos de água, identificando a sua classificação e operacionalidade.



3.3.9 – Metas, responsabilidades e estimativa de orçamento

Na definição das metas a atingir foram tidos em conta as várias acções, as diferentes entidades e os objectivos gerais quer da diminuição do nº de ocorrências quer a diminuição da área ardida.

Acção	Metas	INDICADORES				
		2008	2009	2010	2011	2012
Vigilância e Detecção	Formação de sapadores florestais e GNR	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%
	Protocolo com IPJ para o Programa Voluntariado Jovem para a Floresta (30 jovens)	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância
	Manutenção do Posto de Vigia (Muro)	Diminuição do tempo de detecção dos incêndios	Diminuição do tempo de detecção dos incêndios	Diminuição do tempo de detecção dos incêndios	Diminuição do tempo de detecção dos incêndios	Diminuição do tempo de detecção dos incêndios
	Aquisição de equipamento de vigilância, nomeadamente 2 binóculos e câmara de visão nocturna	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%
	Aquisição de 2 viaturas todo terreno para vigilância dissuasora	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências em 10%
Vigilância e Detecção e 1.ª intervenção	Contratação de 4 pessoas para a viaturas Agris	Intervenção nos 1ºs minutos em 25% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 25% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 25% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 25% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 25% dos alertas da área de vigilância
	Equipar o município com mais uma equipa de sapadores florestais	Intervenção nos 1ºs minutos em 30% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 30% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 30% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 30% dos alertas da área de vigilância	Intervenção nos 1ºs minutos em 30% dos alertas da área de vigilância
	Equipar as juntas de freguesias com material de 1.ª intervenção	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia
	Formação na Juntas de Freguesia para 1.ª intervenção	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia	Intervenção nos 1ºs minutos em 20% dos alertas das ocorrências da freguesia
Combate	Aquisição de viatura VFCI	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%
	Aquisição de viatura VFCI	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%
	Aquisição de equipamento de combate	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%	Diminuição do n.º de ocorrências e área ardida em 10%
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Formação na Juntas de Freguesia para rescaldo e vigilância pós incêndio	Diminuição do n.º de reacendimentos em 10%	Diminuição do n.º de reacendimentos em 10%	Diminuição do n.º de reacendimentos em 10%	Diminuição do n.º de reacendimentos em 10%	Diminuição do n.º de reacendimentos em 10%
Validação	Aquisição de 2 GPS	Validação de 100% das áreas superiores a 10 ha	Validação de 100% das áreas superiores a 10 ha	Validação de 100% das áreas superiores a 10 ha	Validação de 100% das áreas superiores a 10 ha	Validação de 100% das áreas superiores a 10 ha

Acção	Metas	Responsáveis	ESTIMATIVA					TOTAL
			2008	2009	2010	2011	2012	
Vigilância e Detecção	Formação de sapadores florestais e GNR	OPF, GNR	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	75.000,00 €
	Protocolo com IPJ para o Programa Voluntariado Jovem para a Floresta (30 jovens)	CMPB	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	20.000,00 €
	Manutenção do Posto de Vigia (Muro)	GNR	15.000,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	25.000,00 €
	Aquisição de equipamento de vigilância, nomeadamente 2 binóculos e câmara de visão nocturna	GNR	15.000,00 €					15.000,00 €
	Aquisição de 2 viaturas todo terreno para vigilância dissuasora	GNR	40.000,00 €	40.000,00 €				80.000,00 €
Vigilância e Detecção e 1.ª intervenção	Contratação de 4 pessoas para a viaturas Agris	CMPB	25.000,00 €	27.000,00 €	29.000,00 €	30.000,00 €	32.000,00 €	143.000,00 €
	Equipar o município com mais uma equipa de sapadores florestais	DGRF		35.000,00 €	35.000,00 €	35.000,00 €	35.000,00 €	140.000,00 €
		DGRF/CMP		25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	100.000,00 €
	Custos de manutenção e reparação	CMPB, OPF, PNPG	130.000,00 €	130.000,00 €	130.000,00 €	130.000,00 €	130.000,00 €	650.000,00 €
	Aquisição de 1 viatura	PNPG	40.000,00 €					40.000,00 €
	Equipar as juntas de freguesias com material de 1.ª intervenção	CMPB, DGAL	105.000,00 €					105.000,00 €
Combate	Formação na Juntas de Freguesia para 1.ª intervenção	CMPB e Bombeiros Voluntários	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	2.500,00 €
	Aquisição de viatura VFCI e manutenção	Bombeiros Voluntários		200.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	215.000,00 €
	Aquisição de viatura VFCI e manutenção	Bombeiros Voluntários		50.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €	56.000,00 €
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Aquisição de equipamento de combate	Bombeiros Voluntários	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	250.000,00 €
	Formação na Juntas de Freguesia para rescaldo e vigilância pós incêndio	CMPB e Bombeiros Voluntários	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	2.500,00 €
Validação	Aquisição de 2 GPS	GNR	15.000,00 €					15.000,00 €
TOTAL			455.000,00 €	579.500,00 €	298.500,00 €	299.500,00 €	301.500,00 €	1.934.000,00 €

3.4 – 4.º Eixo Estratégico: Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

O Município de Ponte da Barca, tal como a maior parte dos Concelhos carece de gestão e ordenamento das florestas.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios visa diminuir a susceptibilidade da floresta aos incêndios, identificar situações de risco e minimizar os efeitos da passagem do fogo.

Será importante promover a rearborização e a reabilitação das áreas percorridas por incêndios.

A sensibilização da população é essencial para as medidas de carácter preventivo nomeadamente a diminuição do número de ocorrências.

Considera-se ainda importante o aproveitamento da regeneração natural e a rearborização das áreas ardidas. É extremamente importante sensibilizar o proprietário florestal para, aquando o corte raso do Pinheiro bravo e Eucalipto, proceder à destruição dos resíduos de exploração e à posterior rearborização dessa área, de preferência povoamentos misto com a introdução de folhosas autóctones. Os povoamentos de devem ser mantidos com um estrato arbustivo baixo e com pouca biomassa.

A remoção dos resíduos florestais, para uma utilização rentável, ou para fragmentação e incorporação no solo, medidas importantes para a diminuição de incêndios.

Os projectos de arborização ou de rearborização devem incluir medidas de prevenção de incêndios florestais, nomeadamente a construção de pontos de água, rede viária e divisional.

A rede viária, constituída pelos caminhos e estradões florestais, e a rede divisional, constituída pelos aceiros, arrifes e linhas corta-fogo, devem manter-se em boas condições, cabendo as entidades que, a qualquer título, detenham a administração dessas infraestruturas proceder aos correspondentes trabalhos de limpeza e conservação.

Os pontos de água, devem possuir acesso que permita com eficiência as operações de enchimento e de utilização e manterem-se permanentemente operacionais as funções para que foram construídos e o seu bom estado de conservação.

O planeamento e recuperação de áreas ardidas, passa por uma primeira fase de intervenção “Intervenção ou estabilização de emergência” a curto prazo, decorrendo logo após (ou ainda mesmo durante) a fase de combate de incêndio e visa, não só o controlo

da erosão e a protecção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infra-estruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

Na segunda fase de intervenção de “Reabilitação”, nos dois anos seguintes, em que procede-se, entre outras acções, à avaliação dos danos e da reacção dos ecossistemas, à recolha de salvados e, eventualmente, ao controlo fitossanitário, a acções de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis.

Numa terceira fase de “Recuperação”, realizada a longo prazo (após 2-3 anos), sendo planeados e implementados os projectos de recuperação/reflorestação, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo.

3.5 – 5.º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

3.5.1 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

A Lei n.º 14/2004 de 8 de Maio, determina a criação das Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios, que são centros de coordenação e acção local de âmbito municipal, a funcionar sob a coordenação do Presidente da Câmara Municipal. Têm como missão coordenar, a nível local, as acções de defesa da floresta contra incêndios florestais e promover a sua execução.

A mesma Lei atribui à Comissão a responsabilidade de elaborar o Plano de Defesa da Floresta.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios de Ponte da Barca foi constituída no dia 7 de Maio de 2004, através da reunião dos seus elementos, dando cumprimento ao estabelecido na Lei. Esta Comissão é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal e integra representantes dos organismos e instituições enumeradas no quadro seguinte:

Câmara Municipal de Ponte da Barca

Representante das Juntas de Freguesia eleito pela respectiva assembleia municipal

Representante da autoridade militar do Exército da área do município

Representante da Direcção Geral dos Recursos Florestais – Núcleo Florestal do Alto e Baixo Minho

Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (Parque Nacional da Peneda-Gerês)

Representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca

Representante da Guarda Nacional Republicana

Organização de Produtores Florestais – (Associação Florestal do Lima – AFL)

Outras entidades e personalidades, a convite do Presidente da Câmara Municipal

Assim, a prevenção de incêndios é algo que não se circunscreve ao domínio florestal, devendo antes ser realizada de acordo com uma perspectiva integrada de todas as actividades humanas que de igual forma podem influenciar a ocorrência de incêndios ou,

pelo contrário, ser afectadas por estes. Em particular, as diferentes actividades ligadas ao uso do solo podem e devem ser alvo de medidas de ordenamento no sentido de prever a ocorrência de incêndios e de diminuir as suas consequências.

3.5.2 – Horizonte temporal do Plano

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem um horizonte de 5 anos (de 2008 a 2012) mas tem um carácter dinâmico, que faz com que seja actualizado sempre que a Comissão julgue necessário, podendo ser reestruturado anualmente.

3.5.3 – Planificação das reuniões

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios reúne 4 vezes por ano ou sempre que necessário, ficando prevista a seguinte calendarização e temática:

- fim de Março/ fim de Abril – para a revisão do POM e actualização das estatísticas;
- fim de Junho/ início de Julho – preparação do período crítico;
- fim de Setembro/ início de Outubro – avaliação da época de incêndios;
- fim de Dezembro/ início de Janeiro – avaliação do cumprimento do PMDFCI;

3.5.4 – Definição da estrutura do POM

A estrutura do POM deverá ser prática, simplificada e possuir apenas os elementos do PMDFCI necessária para as acções de vigilância, 1ª Intervenção, combate, rescaldo e vigilância após incêndios.

Deverá possuir os seguintes elementos:

- Identificação da estrutura de vigilância com os contactos e circuito dos alertas;
- Identificação das equipas de 1ª intervenção e os sectores atribuídos;
- Identificação da carta de prioridades de defesa;
- RPA e identificação da sua operacionalidade;
- Mapa de apoio ao combate, com identificação das faixas implementadas, pontos críticos e meios complementares de apoio ao combate;
- Listagem actualizada das festas e romarias;

- Listagem actualizada dos contactos das diferentes entidades envolvidas.

4 – ESTIMATIVA ORÇAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

Esta estimativa orçamental tem por base as acções que nos propomos realizar ao longo dos diferentes eixos, compilando os valores apresentados em cada um, para o desenvolvimento das actividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada acção. A sua execução será realizada através de financiamentos atribuídos.

Eixos Estratégicos	Acções	Estimativa PMDFCI					
		2008	2009	2010	2011	2012	Total
1.º Eixo Estratégico	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	920.245,00 €	524.527,70 €	290.446,50 €	702.170,00 €	658.782,00 €	3.096.171,20 €
2.º Eixo Estratégico	Redução da incidência dos incêndios	22.150,00 €	18.100,00 €	23.900,00 €	23.800,00 €	18.000,00 €	105.950,00 €
3.º Eixo Estratégico	Melhoria da Eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	455.000,00 €	579.500,00 €	298.500,00 €	299.500,00 €	301.500,00 €	1.934.000,00 €
4.º Eixo Estratégico	Recuperar e reabilitar ecossistemas	100.000,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €	500.000,00 €
5.º Eixo Estratégico	Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	25.000,00 €
TOTAL / ANO		1.502.395,00 €	1.227.127,70 €	717.846,50 €	1.130.470,00 €	1.083.282,00 €	
TOTAL PMDFCI							5.661.121,20 €